

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF 02.558.115/0001-21  
NIRE 33.300.276.963



**Você, sem fronteiras.**

**Formulário em cumprimento ao disposto nas  
Instruções CVM Nº 480/2009 e 481/2009.**



## SUMÁRIO

1. Aviso aos Acionistas
2. Proposta para Destinação do Lucro Líquido nos Termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº. 481
3. Proposta da Administração para Orçamento de Capital de 2012
4. Proposta de Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal
5. Formulário de Referência: Itens 10, 12.6 a 12.10, e 13

# AVISO AOS ACIONISTAS

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A.**  
Companhia Aberta

CNPJ/MF 02.558.115/0001-21  
NIRE 33.300.276.963

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 1, 7º andar – Parte, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, bem como nos endereços eletrônicos: [www.tim.com.br/ri](http://www.tim.com.br/ri), [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/1976, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro (RJ), 09 de março de 2012.

**ROGERIO TOSTES LMA**  
Diretor de Relações com Investidores



## **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2011 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

Senhores Acionistas,

A Administração da TIM Participações S.A. (“Companhia”) propõe que a destinação do lucro líquido do exercício de 2011, no montante de R\$ 1.281.227.722,37 (um bilhão, duzentos e oitenta e um milhões, duzentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos), seja a seguinte:

### **1. Reserva Legal**

Em conformidade com o disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76, torna-se necessária a aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à constituição da reserva legal, no montante de R\$ 64.061.386,12 (sessenta e quatro milhões, sessenta e um mil, trezentos e oitenta e seis reais e doze centavos).

### **2. Dividendos**

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 22 de junho de 2011, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado. Este valor representa a quantia de R\$ 304.291.584,06 (trezentos e quatro milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e seis centavos).

Adicionalmente, a Companhia, considerando o desempenho do último exercício social e suas necessidades futuras de caixa para expansão da rede móvel, fixa e de dados, propõe a distribuição de dividendos complementares de R\$ 229.160.415,94 (duzentos e vinte e nove milhões, cento e sessenta mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e quatro centavos).

### **3. Reserva de Lucros para Expansão**

A Administração propõe, também, que o saldo remanescente do lucro líquido ajustado menos o total dos dividendos distribuídos, no montante de R\$ 683.714.336,25 (seiscentos e oitenta e três milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) seja aplicado na expansão da rede de suas controladas, sendo destinado à reserva de lucros para expansão.

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos dividendos dos últimos 3 (três) anos.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Capital social ações ordinárias	9.839.770.281,91	2.775.733.899,19	2.775.733.899,19	2.593.337.433,60
Capital social ações preferenciais	-	5.373.362.124,94	5.373.362.124,94	5.020.272.709,52
Capital social	<u>9.839.770.281,91</u>	<u>8.149.096.024,13</u>	<u>8.149.096.024,13</u>	<u>7.613.610.143,12</u>
<b>Dividendos: 6% para as ações preferenciais de acordo com o estatuto até 31/12/2010</b>		<b><u>322.401.727,50</u></b>	<b><u>322.401.727,50</u></b>	<b><u>301.216.362,57</u></b>
Patrimônio líquido - ações ordinárias	12.956.737.455,26	2.834.871.587,13	2.653.574.294,01	2.639.959.974,26
Patrimônio líquido - ações preferenciais	-	5.487.842.916,00	5.136.881.316,84	5.110.526.240,80
Total patrimônio líquido (ultimo exercício aprovado)	<u>12.956.737.455,26</u>	<u>8.322.714.503,13</u>	<u>7.790.455.610,85</u>	<u>7.750.486.215,06</u>
Dividendos: 3% para as ações preferenciais de acordo com a Lei nº 10.303/01	-	164.635.287,48	154.106.439,51	153.315.787,22
Lucro líquido do exercício	1.281.227.722,37	2.216.909.132,18	214.893.353,75	180.152.032,34
Compensação de prejuízo acumulado	-	(125.914.121,77)	-	-
	<u>1.281.227.722,37</u>	<u>2.090.995.010,41</u>	<u>214.893.353,75</u>	<u>180.152.032,34</u>
(-) Constituição da reserva legal	(64.061.386,12)	(104.549.750,52)	(10.744.667,69)	(9.007.601,62)
Lucro líquido ajustado	<b><u>1.217.166.336,25</u></b>	<b><u>1.986.445.259,89</u></b>	<b><u>204.148.686,06</u></b>	<b><u>171.144.430,72</u></b>
<b>Dividendos mínimos</b>				
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	304.291.584,06	496.611.314,97	51.037.171,52	42.786.107,68
(+) Dividendos complementares à distribuição do resultado	229.160.415,94	-	153.111.514,54	128.358.323,04
(=) Dividendos referente a distribuição do resultado	<b><u>533.452.000,00</u></b>	<b><u>496.611.314,97</u></b>	<b><u>204.148.686,06</u></b>	<b><u>171.144.430,72</u></b>
Dividendos ações ordinárias	533.452.000,00	169.155.064,27	-	-
Dividendos ações preferenciais	-	327.456.250,70	204.148.686,06	171.144.430,72
	<b><u>533.452.000,00</u></b>	<b><u>496.611.314,97</u></b>	<b><u>204.148.686,06</u></b>	<b><u>171.144.430,72</u></b>
% Dividendos sobre lucro ajustado	44%	25%	100%	100%
Dividendos por ação (valores expressos em reais)				
Ações ordinárias	0,22	0,20	-	-
Ações preferenciais	-	0,20	0,13	0,11

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2012.

A Administração



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2012 DA TIM PARTICIPAÇÕES

Senhores Acionistas,

Em conformidade com o disposto do parágrafo 2º do Art. 196 da Lei 6.404/76, vimos submeter a aprovação de V.Sas. o orçamento de capital da TIM Participações S.A. e suas subsidiárias para o exercício social de 2012, no montante de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões), conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo e a ser aprovado nesta data.

Proposta de orçamento de Capital da TIM Participações S.A: R\$ 3.000.000.000,00

Fontes de financiamentos:

Recursos próprios/terceiros R\$ 3.000.000.000,00

Os recursos supracitados serão investidos em duas frentes principais, evolução da Rede/TI e desenvolvimento do negócio, aproximadamente nas seguintes proporções, 91% e 9%. Estes investimentos contribuirão para a melhoria na prestação dos serviços de terceira geração (3G), crescimento do tráfego de voz (2G), crescimento da base de clientes, dentre outros.

A evolução da rede passa por investimentos que se estratificam em rede de acesso de 2ª e 3ª geração, última milha (last mile), backhauling de rádio e fibra ótica e backbone além do lançamento do serviço de banda larga fixa residencial em São Paulo e Rio de Janeiro. Estes projetos buscam ampliar a capacidade e a cobertura da infraestrutura da TIM, garantindo altos níveis de qualidade e suportando as estratégias mercadológicas.

Na frente de desenvolvimento do negócio, encontram-se os projetos de tecnologia da informação que visam atualizar e desenvolver os sistemas e plataformas tecnológicas da TIM. Os projetos em questão objetivam melhorias operacionais, de gestão, e principalmente desenvolvimento de novos e inovadores produtos que são a marca da Companhia.

Desta forma propomos a deliberação da proposta de orçamento de capital acima.

Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 2012.

A Administração



## **PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL**

Conforme proposta apresentada ao Comitê de Remuneração e ao Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (“Companhia”) em suas reuniões havidas em 15 de fevereiro de 2012, será proposta à Assembleia Geral a seguinte remuneração:

### **1) Conselho de Administração:**

Proposta de remuneração global anual de R\$ 1.512.000,00 (um milhão, quinhentos e doze mil Reais), representando valor individual mensal de R\$ 14.000,00 (quatorze mil Reais), considerando-se um total de 9 (nove) conselheiros, sendo internos, externos ou independentes.

### **2) Conselho Fiscal:**

Proposta de remuneração global anual de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil Reais), representando valor individual mensal de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos Reais), considerando-se 5 (cinco) membros efetivos.

### **3) Diretoria Estatutária:**

Proposta de remuneração global anual de R\$ 16.530.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos e trinta mil Reais), sendo que desse total 66% (sessenta e seis por cento) correspondem à remuneração fixa e 34% (trinta e quatro por cento) à remuneração variável, considerando-se um total de 9 (nove) diretores estatutários.



**FORMULÁRIO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NAS  
INSTRUÇÕES CVM Nº 480/2009 E 481/2009**

1. Item 10: Comentário dos Diretores
2. Itens 12.6 a 12.10: Administração – Conselho de Administração
3. Itens 12.6 a 12.10: Administração – Conselho Fiscal / Comitê de Auditoria
4. Item 13: Remuneração dos Administradores





## 10. Comentários dos diretores

### 10.1. Os diretores devem comentar sobre:

#### **a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

No exercício de 2010, a Companhia concluiu o processo de reestruturação iniciado em 2009. A forte expansão do mercado de telefonia celular aliada ao bom momento da companhia resultou em um ano de forte expansão, tanto nos resultados operacionais quanto financeiros. A recuperação dos seus fundamentos acabou refletida nas condições financeiras e patrimoniais da Companhia, que reduziu sua dívida bruta para R\$3,4 bilhões (queda de 20% a.a). Isto somado às disponibilidades que alcançaram R\$2,4 bilhões resultaram em uma posição de dívida líquida de R\$984 milhões, uma redução de mais de 40% a.a (com Dívida Líquida / EBITDA em 0,23x).

Já com sua reformulação consolidada, 2011 foi um ano para colher os frutos das reestruturações passadas e expandir seus negócios. A expansão dos resultados operacionais e financeiros manteve o ritmo acelerado do ano anterior. A Companhia encerrou o exercício com uma dívida bruta de R\$3,83 bilhões. Ao final do exercício, as disponibilidades da Companhia totalizavam R\$3,26 bilhões, resultando em uma posição de dívida líquida de R\$0,57 bilhões.

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente à sua estratégia de crescimento e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

#### **b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

Os diretores entendem que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta níveis conservadores de alavancagem. Ao final de 2011, o patrimônio líquido da Companhia era R\$12,96 bilhões e seu endividamento líquido era R\$0,57 bilhões. Adicionalmente, a Companhia é capaz de gerar caixa suficiente para cumprir suas obrigações, não sendo necessariamente dependente de capital de terceiros.

##### **i. hipóteses de resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações, exceto aquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

##### **ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não aplicável.

#### **c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Diretoria acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas operacionais e dívidas contraídas. O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências. Os seus recursos provenientes de caixa e também empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades. A Companhia acredita também ter capacidade para contrair novos empréstimos para financiar investimentos que acompanhem as oportunidades do setor.

Em 2010, o EBITDA totalizou R\$4.194 milhões, enquanto que a despesa financeira do mesmo período somou R\$381 milhões e a dívida total foi de R\$3400 milhões. Dessa forma, o nível de cobertura de despesa financeira, que mede a capacidade de pagamento de despesa financeira em relação ao EBITDA, foi de 11 vezes e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA foi de 0,81 vezes.

O EBITDA em 2011 totalizou R\$4.637 milhões, enquanto que a despesa financeira do mesmo período somou R\$449 milhões e a dívida bruta total no final do período foi de R\$3.826 milhões. Dessa forma, o nível de cobertura de despesa financeira, que mede a capacidade de pagamento de despesa financeira em relação ao EBITDA, foi de 10,3 vezes e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA foi de 0,82 vezes.

#### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes utilizadas**



A principal fonte de financiamento é a geração de caixa operacional, complementada por linhas de crédito de curto prazo com bancos locais e internacionais e financiamentos de longo prazo com agências de fomento nacionais e internacionais como BNDES, BNB, BEI e SACE.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez**

Para cobertura de eventuais deficiências de liquidez futura, pretendemos utilizar geração de caixa operacional, renegociação de dívidas a vencer no curto prazo e novos financiamentos.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda**

Ao final de 2011, apresentávamos um nível de endividamento de 0,29 vezes (Divida financeira/Patrimônio Líquido). Apresentamos a seguir as características de nossos empréstimos e financiamentos que consideramos relevantes:

<u>Descrição:</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantias</u>	<u>Consolidado</u>	
					<u>2011</u>	<u>2010</u>
BNDES	URTJLP	URTJLP+1,72% a 4,8% a.a.	Out/11 a Jul/18	Aval da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular	1.575.385	1.787.897
BNDES	UMIPCA	UMIPCA+ 2,62% a.a.	Jul/17	Aval da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular	191.937	163.339
BNDES (PSI)	R\$	4,5% a.a.	Jul/18	Aval da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular	139.591	70.098
BNB	R\$	10% a.a.	Jun/12 a Jan/16	Fiança Bancária e Aval da TIM Participações	73.735	118.250
Santander (CCB)	R\$	108% do CDI	Set/12 e Out/12	-	218.363	204.957
Santander (Resolução 2770)	R\$	108,0% do CDI	Dez/12	-	159.354	165.901
Banco BNP Paribas	USD	Libor 6M + 2,53% a.a.	Dez/17	Aval da TIM Participações	267.774	244.891
Banco Europeu de Investimento (BEI)	USD	Libor 6M + 0,57% à 0,67% a.a.	Set/16 a Jun/17	Fiança Bancária e Aval da TIM Participações	532.124	479.337
Bank of America (Res. 4131	USD	Libor 3M + 1,25% a.a.	Set/13	-	223.382	-



JP Morgan (Res. 4131)	USD	1,56% a.a	Set/13	-	187.196	-
Itaú (CCB)	R\$	CDI + 1,50%	Ago/14 à Set/14	-	91.742	-
<b>Total:</b>					<u>3.660.583</u>	<u>3.234.670</u>
Circulante					<b>(1.090.174)</b>	(957.549)
Não Circulante:					<u><b>2.570.409</b></u>	<u>2.277.121</u>

O empréstimo em moeda estrangeira contratado junto ao Banco BNP Paribas, com garantia do SACE possui cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo a todos os índices financeiros requeridos.

Os financiamentos da TIM Celular junto ao BNDES, obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel, também possuem cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada vem atendendo os índices financeiros definidos.

Em 2011 ocorreram liberações de financiamentos ligadas ao BNDES no valor total de aproximadamente R\$370 milhões: dos quais i) R\$ 154 milhões ao custo de TJLP + 3,62% a.a. desembolsados em maio, ii) R\$ 80 milhões ao custo de 4,5% a.a. desembolsados em julho dentro do Programa de Sustentação do Investimento-PSI e iii) R\$ 136 milhões ao custo de TJLP + 3,62% a.a. desembolsados em novembro.

O montante de R\$80 milhões, liberado em julho de 2011 e referentes à linha de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), têm seus recursos destinados para a aquisição de máquinas e equipamentos em projetos de ampliação da capacidade de rede. Este programa do BNDES possui taxas de juros subsidiadas (4,5% a.a.) quando comparadas às linhas de crédito disponíveis no mercado e mesmo quando comparada às taxas oferecidas pelo próprio BNDES, em outras operações, com finalidades e prazos similares. Desta forma, esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais. Portanto, utilizando-se do método de juros efetivos definido pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros, Reconhecimento e Mensuração, foram feitas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato e ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas médias praticadas pelo mercado (valor justo). Com base neste comparativo, a subvenção concedida pelo BNDES ajustada ao valor justo resultou em aproximadamente R\$18 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas Antecipadas Subvenções Governamentais LP", e será diferido pela vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "Outras Receitas de Subvenção". No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o montante reconhecido como despesa na rubrica acima monta a R\$4.331 (2010 – R\$1.084).

Em março de 2011 a controlada TIM Celular renovou R\$350 milhões por mais 18 meses referente às operações de i) Cédula de Crédito Bancário (CCB) com vencimento previsto em abril de 2011 no valor de R\$ 200 milhões e ii) contrato de Repasse de Recursos Captados em R\$ no Exterior (Res. 2770) com



vencimento para junho de 2011 no valor de R\$ 150 milhões, ambas com o Banco Santander Brasil S.A. e com custo de 108% do CDI,

Em setembro de 2011 a controlada TIM Celular captou R\$373 milhões de dívida em moeda estrangeira na modalidade 4131 junto ao i) JP Morgan -R\$173 milhões e ii) BoFA (Bank of America Merrill Lynch)-R\$200 milhões, ambas com vencimento em setembro de 2013. Simultaneamente ao desembolso foram contratadas operações de SWAP com o objetivo de proteger integralmente essas operações da exposição cambial.

Em outubro de 2011 a controlada TIM Celular concluiu a compra das empresas AES Communications Rio de Janeiro S/A e Eletropaulo Telecomunicações Ltda.. respectivamente. Essas empresas possuíam um endividamento com o Itaú Unibanco no montante total de R\$90 milhões e com vencimentos entre agosto e setembro de 2014. Os contratos possuem cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. As empresas vêm atendendo a todos os índices financeiros requeridos.

Em dezembro de 2011 a controlada TIM Celular assinou nova linha de crédito junto ao Banco Europeu de investimento no valor de até EUR100 milhões.

A controlada TIM Celular possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se integralmente dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano e parcialmente de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixados e TJLP. Entretanto, não aplica a “contabilidade de hedge”.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	<b>Consolidado</b>
2013	864.166
2014	339.523
2015	281.129
2016	723.042
2017 em diante	362.549
	<hr/> <b>2.570.409</b> <hr/> <hr/>

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía a obrigação de cumprir semestralmente os seguintes índices financeiros:

- a) Índice de Capitalização (PL/AT): igual ou superior a 0,35;
- b) Dívida Financeira Total / EBITDA: igual ou inferior a 3,00;
- c) Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo / EBITDA: igual ou inferior 0,35 .
- d) Dívida Líquida / EBITDA: igual ou inferior a 2,50;
- e) EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas: igual ou superior a 2,25;
- f) EBITDA/“Debt Service”: igual ou superior a 1,30;

A quebra de qualquer desses indicadores financeiros implicará no vencimento antecipado da respectiva



dívida. Até a data deste Formulário de Referência, não descumprimos quaisquer desses indicadores financeiros.

Adicionalmente aos índices financeiros, existem também cláusulas restritivas que incluem:

- a) Venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outro ato que importe ou possa vir importar em modificações na atual configuração societária da Companhia, exceto aquelas dentro do mesmo grupo econômico; e
- b) Alienações e permutas de ativos pela Companhia e suas subsidiárias.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Possuímos um saldo ainda não utilizado e/ou liberado de aproximadamente R\$390,0 milhões referentes aos contratos de financiamentos já contratados .

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**Nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Preparamos nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, emitido pelo IASB, e as nossas demonstrações financeiras individuais de acordo com o BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo CFC. Revisamos nossas demonstrações financeiras para assegurar que elas representam as informações relacionadas às condições econômicas de nosso ambiente de negócios.

**Descrição das Principais Linhas da Demonstração de Resultado**

**Receita Bruta de Serviços**

Representa a receita proveniente da prestação de serviços de telecomunicações, dentre os quais constam os serviços de assinatura e utilização (receita de voz) e VAS (receita de dados).

**Receita Bruta de Produtos**

Representa a receita proveniente da venda de aparelhos celulares, acessórios, entre outros.

**Impostos e descontos sobre receita total**

Representa os gastos incorridos com os impostos, taxas, contribuições e descontos sobre os serviços de telecomunicações e venda de mercadorias.

**Receita Líquida de Serviços**

Representa a receita proveniente da prestação de serviços de telecomunicações deduzidos os impostos e descontos.

**Receita Líquida de Produtos**

Representa a receita proveniente da venda de aparelhos celulares, acessórios, entre outros, deduzidos os impostos e descontos.

**Custos da Operação**

Representam os custos incorridos nas atividades de manutenção, operação e outras atividades relacionadas diretamente com a produção da receita de serviços e venda de produtos, além do consumo de bens e/ou serviços para produzir e vender produtos e/ou serviços, administrar a empresa, financiar suas operações e realizar outras atividades afins.



### **Resultado Financeiro Líquido**

Representa o saldo entre a remuneração de capitais obtidas em operações financeiras e os gastos incorridos com a remuneração dos empréstimos e financiamentos obtidos junto a terceiros.

### **Lucro antes dos Impostos**

Representa o lucro líquido da Companhia antes da provisão a título de imposto de renda e a título de contribuição social sobre o lucro do período, apurado conforme o regime de competência, assim como sobre as adições de diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro real.

### **Lucro Líquido**

Representa o lucro operacional deduzido das receitas e despesas financeiras, e do imposto de renda e contribuição social. Representa o cálculo de receitas após os custos e despesas da operação, depreciação e amortização, juros, impostos e outras despesas.

### **Margem Líquida**

Representa a margem do lucro líquido do resultado sobre a receita líquida total da Companhia.

**Demonstração dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparada à demonstração dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010**

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Demonstração de Resultados	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	AV%	2010	AV%	2011/2010 Var (%)
	<i>(em milhões de R\$)</i>				
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>24.758</b>	<b>100,00</b>	<b>20.319</b>	<b>100,00</b>	<b>21,84</b>
<b>Receita Bruta de Serviços</b>	<b>22.217</b>	<b>89,74</b>	<b>18.761</b>	<b>92,33</b>	<b>18,42</b>
<b>Serviços Móvel e Outras Receitas</b>	<b>20.692</b>	<b>83,58</b>	<b>17.480</b>	<b>86,03</b>	<b>18,37</b>
Assinatura e Utilização	10.265	41,46	8.912	43,86	15,18
VAS – Serviços Adicionais	3.166	12,79	2.242	11,03	41,23
Longa Distância	3.181	12,85	2.374	11,68	34,00
Interconexão	3.849	15,55	3.679	18,11	4,63
Outras Receitas	230	0,93	273	1,34	-15,81
<b>Serviços Fixo e Outras Receitas</b>	<b>1.525</b>	<b>6,16</b>	<b>1.281</b>	<b>6,30</b>	<b>19,08</b>
<b>Receita Bruta de Produtos</b>	<b>2.541</b>	<b>10,26</b>	<b>1.558</b>	<b>7,67</b>	<b>63,06</b>
<b>Impostos e descontos sem receita total</b>	<b>-7.672</b>	<b>(30,99)</b>	<b>-5.862</b>	<b>(28,85)</b>	<b>30,87</b>
Impostos e descontos sobre receita de serviços	-6.864	(27,72)	-5.190	(25,54)	32,25
Impostos e descontos sobre venda de produtos	-808	(3,26)	-672	(3,31)	20,20
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>17.086</b>	<b>100,00</b>	<b>14.457</b>	<b>100,00</b>	<b>18,18</b>
<b>Receita Líquida de Serviços</b>	<b>15.353</b>	<b>89,86</b>	<b>13.572</b>	<b>93,88</b>	<b>13,12</b>
<b>Receita Líquida de Produtos</b>	<b>1.733</b>	<b>10,14</b>	<b>886</b>	<b>6,13</b>	<b>95,57</b>
<b>Custo da Operação</b>	<b>-12.449</b>	<b>100,00</b>	<b>-10.264</b>	<b>100,00</b>	<b>21,29</b>
Custos de pessoal	-633	5,08	-587	5,72	7,81
Comercialização	-3.934	31,60	-3.483	33,93	12,94
Rede e interconexão	-4.743	38,10	-4.227	41,18	12,22
Gerais e administrativas	-503	4,04	-485	4,73	3,64
Custo dos produtos vendidos	-2.063	16,57	-1.026	10,00	101,03
Provisão para devedores duvidosos	-232	1,86	-310	3,02	-25,31
Outras receitas (despesas) operacionais	-342	2,75	-146	1,42	134,32
<b>EBITDA</b>	<b>4.637</b>	<b>27,14</b>	<b>4.194</b>	<b>29,01</b>	<b>10,57</b>
Margem EBITDA	27,1%		29,00%		-1,9 p.p.
<b>Depreciação &amp; Amortização</b>	<b>-2.570</b>	<b>(15,04)</b>	<b>-2.993</b>	<b>(20,70)</b>	<b>-14,14</b>
Depreciação	-1.396	(8,17)	-1.449	(10,02)	-3,64
Amortização	-1.174	(6,87)	-1.545	(10,69)	-24,04
<b>EBIT</b>	<b>2.067</b>	<b>12,10</b>	<b>1.200</b>	<b>8,30</b>	<b>72,29</b>
Margem EBIT	12,10%		8,30%		
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>-239</b>	<b>(1,40)</b>	<b>-245</b>	<b>(1,69)</b>	<b>-2,51</b>
Despesas financeiras	-449	(2,63)	-381	(2,64)	17,79
Receitas financeiras	311	1,82	232	1,60	33,85
Variações cambiais, líquidas	-101	(0,59)	-97	(0,67)	3,71
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>1.829</b>	<b>10,70</b>	<b>955</b>	<b>6,61</b>	<b>91,47</b>
Imposto de Renda e contribuição social	-547	(3,20)	1.257	8,69	-143,54
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.281</b>	<b>7,50</b>	<b>2.212</b>	<b>15,30</b>	<b>-42,08</b>
<b>Margem Líquida</b>	<b>7,50%</b>		<b>15,30%</b>		<b>-7,8 p.p.</b>



## **Receita Bruta**

No ano de 2011 completo, a receita bruta total alcançou R\$24.757 milhões, um aumento de 21,8% comparado a 2010. A receita bruta com serviços cresceu 18,4% comparadas ao ano anterior, alcançando R\$22.217 milhões em 2011. A receita bruta com produtos totalizou R\$2.541 milhões, um forte aumento anual de 63,1%.

### **Receita Bruta de Serviços**

A nossa receita bruta de serviços aumentou R\$3.456 milhões ou 18,4%, passando de R\$18.761 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$22.217 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

*Serviços Móvel e Outras Receitas.* A nossa conta de serviços móvel e outras receitas aumentou R\$3.211 milhão ou 18,4%, passando de R\$17.480 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$20.691 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 em decorrência de:

- *Assinatura e utilização.* A nossa conta de assinatura e utilização obteve um crescimento de 15,2% ou R\$1.353 milhão, registrando R\$10.264 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, frente aos R\$8.911 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento é explicado basicamente pelo aumento da proporção de assinantes pós pagos na base de assinantes.
- *VAS – Serviços adicionais.* A nossa conta de VAS – serviços adicionais registrou um crescimento de 41,3% ou R\$925 milhões, passando de R\$2.241 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$3.166 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Tal crescimento decorre principalmente de um aumento na nossa base de clientes, tanto de voz quanto de dados, e de uma expansão de nossos produtos e serviços.
- *Longa Distância.* A nossa conta de longa distância teve um aumento de R\$807 milhões ou 34,0%, passando de R\$2.374 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$3.181 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Tal resultado é explicado pelos nossos esforços para facilitar o uso do nosso serviço de chamada de longa distância por meio de pacotes de serviços de baixo custo, tais como o Liberty e o Infinity.
- *Interconexão.* A nossa conta de interconexão registrou aumento de R\$170 milhões ou 4,6%, passando de R\$3.679 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$3.849 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento pode ser explicada pela migração de clientes de outras operadoras para nossa base.

*Serviços Fixo e Outras Receitas.* A nossa conta de serviços fixo e outras receitas aumentou R\$244 milhões ou 19,1%, passando de R\$1.281 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$1.525 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

### **Receita Bruta de Produtos**

*A receita bruta de produtos totalizou R\$2.540 milhões, um aumento de 63,1% comparado a 2010. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelo mix de aparelhos vendidos no exercício, com grande parte das vendas totais sendo de smartphones ou webphones. **Impostos e Descontos sobre Receita Total***

Nossos impostos e descontos sobre receita total aumentaram R\$1.810 milhão ou 30,9%, passando de R5.861 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$7.671 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento dos nossos impostos e descontos sobre receita total foi decorrente do incremento de nossas receitas de produtos e serviços.

### **Custos e Despesas da Operação**

Os custos e despesas operacionais totais aumentaram 21,3% no ano chegando a R\$12.448 em 2011..

- *Custo de pessoal.* As despesas com pessoal alcançaram R\$632 milhões em 2011, um crescimento





de 7,9% em comparação com o mesmo período do ano passado, em grande parte explicado pelo aumento no número de funcionários

- *Comercialização.* As despesas com vendas e marketing totalizaram R\$3.933 milhões, 12,9% a mais quando comparadas ao mesmo período no ano passado e em grande parte afetadas por tributação do Fistel e comissionamento devido ao crescimento da base de assinantes. .
- *Rede e interconexão.* totalizou R\$4.743 milhões em 2011, um aumento de 12,2% quando comparado com o ano anterior. Esse resultado foi amplamente afetado pelo crescimento de interconexões tanto fixas como móveis a partir (i) do aumento de minutos sainte com a disparada da base de assinantes, e (ii) do Infinity Torpedo, que pressiona o uso de SMS num conceito "pague por dia" para pré pagos. Além disso, leilões recentes vencidos pela Intelig exigiram custos incrementais com as linhas arrendadas para fornecimento do serviço, contribuindo assim com o aumento dos custos da rede.
- *Gerais e administrativos.* totalizaram R\$502 milhões em 2011, bastante estáveis quando comparadas a 2010. A relação com a receita líquida era de 2,9% em 2011 contra 3,3% em 2010, um ganho de eficiência de 0,4% na margem EBITDA..
- *Custo dos produtos vendidos.* O nosso custo dos produtos vendidos foi de R2.062 milhões, representando um aumento de 101,0% ou R\$1.036 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, sobre R\$1.026 milhões incorridos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. O aumento é atribuído à descontinuidade da política de concessão de subsídios na venda de aparelhos e à alteração do mix de aparelhos vendidos, com aumento significativo de *smartphones ou webphones*.
- *Provisão para devedores duvidosos.* apresentou queda de cerca de 25% devido ao aprimoramento das políticas de crédito, incluindo a descontinuidade da política de subsídio na venda de aparelhos, que atrai clientes com melhor perfil de pagamento. .
- *Outras receitas (despesas) operacionais.* alcançaram R\$342 milhões em 2011, R\$197 milhões a mais do que no ano anterior principalmente devido ao ajuste retroativo aproximado de R\$70 milhões feito no cálculo do FUST/FUNTEL.

## Principais alterações nas contas patrimoniais

### Balço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 comparado com o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010

Balço Patrimonial	Em 31 de Dezembro de		Em 31 de dezembro de		2011/2010 Var (%)
	2011	AV%	2010	AV%	
	<i>(em milhões de R\$)</i>				
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo Circulante</b>	<b>8.287</b>	<b>35,36%</b>	<b>6.338</b>	<b>32,72%</b>	<b>30,75%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.263	13,92%	2.376	12,27%	37,33%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2	0,01%	18	0,09%	-88,89%
Contas a receber	3.286	14,02%	2.661	13,74%	23,49%
Estoques	273	1,16%	229	1,18%	19,21%
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	608	2,59%	494	2,55%	23,08%
Impostos e contribuições diretos a recuperar	616	2,63%	362	1,87%	70,17%
Despesas antecipadas	115	0,49%	94	0,49%	22,34%
Operações com derivativos	56	0,24%	6	0,03%	833,33%
Outros ativos	68	0,29%	98	0,51%	-30,61%
<b>Ativo Não circulante</b>	<b>15.151</b>	<b>64,64%</b>	<b>13.033</b>	<b>67,28%</b>	<b>16,25%</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	26	0,11%	14	0,07%	85,71%
Contas a receber	60	0,26%	37	0,19%	62,16%
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	376	1,60%	188	0,97%	100,00%
Impostos e contribuições diretos a recuperar	23	0,10%	139	0,72%	-83,45%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1488	6,35%	1.733	8,95%	-14,14%
Depósitos judiciais	608	2,59%	386	1,99%	57,51%
Despesas antecipadas	93	0,40%	102	0,53%	-8,82%
Operações com derivativos	65	0,28%	17	0,09%	282,35%
Outros ativos	14	0,06%	17	0,09%	-17,65%
<b>Permanente</b>					
Imobilizado	6.624	28,26%	5.864	30,27%	12,96%
Intangível	5.774	24,64%	4.536	23,42%	27,29%
<b>Total do ativo</b>	<b>23.438</b>	<b>100%</b>	<b>19.371</b>	<b>100%</b>	<b>21,00%</b>

## Passivo Total

<b>Passivo Circulante</b>	<b>6.795</b>	<b>28,99%</b>	<b>5.691</b>	<b>29,38%</b>	<b>19,40%</b>
Fornecedores	3.709	15,82%	3.103	16,02%	19,53%
Empréstimos e financiamentos	1090	4,65%	958	4,95%	13,78%
Operações com derivativos	77	0,33%	2	0,01%	3750,00%
Obrigações trabalhistas	146	0,62%	125	0,65%	16,80%
Impostos e contribuições indiretos a recolher	706	3,01%	544	2,81%	29,78%
Impostos e contribuições diretos a recolher	454	1,94%	265	1,37%	71,32%
Dividendos a pagar	326	1,39%	512	2,64%	-36,33%
Outros passivos	287	1,22%	181	0,93%	58,56%
<b>Passivo Não circulante</b>	<b>3.686</b>	<b>15,73%</b>	<b>3.379</b>	<b>17,44%</b>	<b>9,09%</b>
Empréstimos e financiamentos	2.570	10,97%	2.277	11,75%	12,87%
Operações com derivativos	89	0,38%	164	0,85%	-45,73%
Impostos e contribuições indiretos a recolher	143	0,61%	58	0,30%	146,55%
Impostos e contribuições diretos a recolher	167	0,71%	139	0,72%	20,14%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77	0,33%	84	0,43%	-8,33%
Provisão para contingências	230	0,98%	249	1,29%	-7,63%
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	0	0,00%	9	0,05%	-100,00%
Provisão para desmobilização de ativos	262	1,12%	256	1,32%	2,34%
Outros passivos	148	0,63%	143	0,74%	3,50%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>12.957</b>	<b>55,28%</b>	<b>10.301</b>	<b>53,18%</b>	<b>25,78%</b>
Capital social	9.840	41,98%	8.149	42,07%	20,75%
Reserva de capital	384	1,64%	396	2,04%	-3,03%
Reserva de lucros	2.736	11,67%	1.756	9,07%	55,81%
Ações em tesouraria	(3)	-0,01%	-	0,00%	0,00%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>23.438</b>	<b>100%</b>	<b>19.371</b>	<b>100%</b>	<b>21,00%</b>

## Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$8.287 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$6.338 milhões em 31 de dezembro de 2010. Isto representa um aumento de 30,8%, ou R\$1.949 milhão. Como percentual do total do ativo, o ativo circulante representa 35,3% em 31 de dezembro de 2011, e 32,7% em 31 de dezembro de 2010.

As principais variações do ativo circulante referem-se ao incremento das operações da Companhia em 2011. Basicamente, o maior volume de vendas gerou acréscimos importantes no caixa (R\$886 milhões) e nos saldos de contas a receber (R\$625 milhões) quando comparamos os saldos de 2011 e 2010.

## Ativo Não Circulante

O ativo não circulante era de R\$15.151 milhões em 31 de dezembro de 2011 e de R\$13.032 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um acréscimo de 16,3%, ou R\$2.119 milhões. Como percentual do total do ativo, o ativo não circulante passou para 64,7% em 31 de dezembro de 2011 em comparação a um percentual de 67,3% em 31 de dezembro de 2009.

Este acréscimo ocorreu basicamente em função dos investimentos realizados para fazer frente à maior demanda de serviços dos clientes e à aquisição das empresas TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP. Em bases líquidas, o ativo permanente foi responsável por R\$2.000 de aumento do ativo não circulante..

## Passivo Circulante



O passivo circulante era de R\$6.795 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$5.691 milhões em 31 de dezembro de 2010. Isto representa um aumento de 19,4% ou R\$1.104 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 29,0% em 31 de dezembro de 2011 em comparação a um percentual de 29,3% em 31 de dezembro de 2010.

As principais variações do passivo circulante no período foram as seguintes:

- aumento do saldo de contas a pagar a fornecedores, principalmente fornecedores de rede, como consequência do maior volume de investimentos realizados pela Companhia; e
- aumento no saldo dos impostos diretos e indiretos a recolher, devido principalmente, ao incremento das operações e resultados de 2011 em relação a 2010.

#### ***Passivo Não Circulante***

O passivo não circulante era de R\$3.685 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a um saldo de R\$3.378 milhões em 31 de dezembro de 2010. Isto representa um decréscimo de 9,1% ou R\$307 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 15,7% em 31 de dezembro de 2011 em comparação a um percentual de 17,4% em 31 de dezembro de 2010. Em geral, os saldos do passivo circulante permaneceram estáveis em relação ao exercício anterior. O principal impacto no grupo de contas pode ser verificado na conta de empréstimos e financiamentos devido principalmente às captações realizadas pela Companhia no segundo semestre de 2011.

#### ***Patrimônio Líquido***

O patrimônio líquido era de R\$12.956 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a um saldo de R\$10.300 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$2.656 milhões. Tal aumento refere-se principalmente ao aumento de capital realizado no último trimestre de 2011 e ao lucro apurado neste exercício de 2010, sendo grande parte destinada para reserva de expansão.





**Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010**

Fluxos de Caixa Consolidado	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	AH (%) 2011/2010
(em milhões de R\$)			
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro antes do IR e CSSL	1.828.584	954.677	91,5%
<b>Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	2.569.767	2.993.461	-14,2%
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	(8.848)	1.639	-639,8%
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	20.904	27.212	-23,2%
Juros das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos	(1.144)	1.057	-208,2%
Provisão para contingências	175.653	32.457	441,2%
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e contingências	(13.954)	-10.515	32,7%
Juros e variação monetária e cambial sobre empréstimos	371.205	398.947	-7,0%
Juros sobre aplicações financeiras	(205.408)	-145.537	41,1%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	231.529	310.498	-25,4%
Opções de compra de ações	3.928	-	-
Outros ajustes financeiros	88.159	7.869	1020,3%
	<b>5.060.375</b>	<b>4.571.765</b>	<b>10,7%</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais</b>			
Contas a receber	(782.853)	-481.662	62,5%
Impostos e contribuições a recuperar	(376.974)	-33.017	1041,8%
Estoques	(39.379)	177.781	-122,2%
Despesas antecipadas	(11.083)	-161.644	-93,1%
Depósitos judiciais	(185.610)	-149.947	23,8%
Outros ativos circulantes e não circulantes	33.400	-6.798	-591,3%
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais</b>			
Obrigações trabalhistas	11.606	17.428	-33,4%
Fornecedores	573.532	-13.001	-4511,4%
Impostos, taxas e contribuições	61.535	45.372	35,6%
Provisão para contingências	(218.105)	-105.444	106,8%
Outros exigíveis a curto e longo prazo	2.999	111.499	-97,3%
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>4.129.443</b>	<b>3.972.332</b>	<b>4,0%</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisição TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP	(1.529.588)	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	211.151	276.381	-23,6%
Adições ao imobilizado e intangível	(3.002.377)	-(2.835.761)	5,9%
Obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos	7.325	15.045	-51,3%
Caixa proveniente da aquisição da TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP	18.973	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(4.294.516)</b>	<b>-(2.544.335)</b>	<b>68,8%</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital	1.722.222	-	-
Custos com Emissão de Ações	(47.117)	-	-
Ações em tesouraria	(3.369)	-	-
Novos empréstimos	892.866	452.843	97,2%
Amortização de empréstimos	(939.119)	-(1.671.716)	-43,8%
Operações com derivativos	(87.433)	-(44.735)	95,4%
Dividendos pagos	(486.354)	-(201.181)	141,7%
<b>Caixa líquido gerado (usado) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>1.051.696</b>	<b>-(1.464.789)</b>	<b>-171,8%</b>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	886.623	-36.792	-2509,8%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.376.232	2.413.024	-1,5%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.262.855	2.376.232	37,3%



### ***Atividades Operacionais***

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$4.129 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado a R\$3.972 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Isto representa um aumento da geração de caixa em R\$157 milhões ou 3,9%.

O caixa gerado por nosso faturamento é aplicado principalmente em nossa principal linha de negócios. A geração de caixa financia parte das aquisições de Capex, conforme item "Atividades de Investimentos" abaixo. Adicionalmente, o caixa é utilizado para aquisição de estoques, pagamento a funcionários, pagamento de taxas e impostos, amortização de financiamentos e distribuição de lucros.

### ***Atividades de Investimentos***

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R\$4.294 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a R\$2.544 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando uma utilização maior em 2011 no valor de R\$1.759 milhões.

O exercício de 2011 foi um ano extremamente importante para a consolidação de nossa rede 3G. Adicionalmente, adquirimos as empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ. Tais operações explicam o maior desembolso de valores em Capex..

### ***Atividades de Financiamento***

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$1.051 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. As atividades foram superavitárias principalmente em virtude do aporte de capital realizado no exercício, no valor de R\$1.722 milhão. Em 2010 o saldo das atividades de investimento foi deficitário devido ao vencimento de operações de empréstimo no ano. No total, foram amortizados R\$1.672 de empréstimos e financiamentos naquele exercício.

## 10.2. Os diretores devem comentar:

### a. resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera suas receitas em moeda local, a partir do uso de serviços de telecomunicações com telefonia móvel, fixa, ligações de longa distância além de serviços de valor agregado (que também incluem a transmissão de dados). Outro importante componente da receita é o uso de rede ou receita de interconexão, proveniente ao valor cobrado a demais operadoras pela terminação do tráfego na rede da Companhia. A receita de aparelhos também integra ao grupo de receitas, referente à venda de aparelhos celulares e mini-modems para conexão à internet.

A receita de utilização tende a acompanhar o crescimento da base de clientes, o volume de uso e a tarifa cobrada por esse serviço. Já a componente do uso de rede, segue volume de tráfego entrante na rede e tarifa de interconexão cobrada. Essa receita vem apresentando tendência de queda nos últimos anos em função de maior concentração de tráfego intra-rede, acompanhando a tendência do mercado. A receita de aparelhos da Companhia apresentou alta refletindo o novo foco na abordagem de dados para o segmento pré-pago com a venda de aparelhos não subsidiados a preços acessíveis que possibilitem uma melhor experiência de navegação na internet.

Abaixo tabela com a quebra das principais linhas de receita para os períodos referentes aos exercícios de 2011 e 2010:

DESCRIÇÃO	2011	2010	% A/A
<b>R\$ Milhares</b>			
<b>Receita Bruta</b>	<b>24.757.565</b>	<b>20.319.295</b>	<b>21,8%</b>
<b>Receita Bruta de Serviços</b>	<b>22.217.049</b>	<b>18.761.385</b>	<b>18,4%</b>
Serviços Móvel e Outras Receitas	<b>20.691.604</b>	<b>17.480.139</b>	<b>18,4%</b>
Assinatura e Utilização	10.264.715	8.911.976	15,2%
VAS - Serviços adicionais	3.166.437	2.241.530	41,3%
Longa Distância	3.181.215	2.374.341	34,0%
Interconexão	3.849.408	3.679.365	4,6%
Outras Receitas	229.829	272.927	-15,8%
<b>Serviços Fixo e Outras Receitas</b>	<b>1.525.445</b>	<b>1.281.246</b>	<b>19,1%</b>
<b>Receita Bruta de Produtos</b>	<b>2.540.517</b>	<b>1.557.910</b>	<b>63,1%</b>
<b>Impostos e descontos s/ receita total</b>	<b>(7.671.589)</b>	<b>(5.861.846)</b>	<b>30,9%</b>
Impostos e descontos s/ receita de serviços	(6.863.821)	(5.189.759)	32,3%
Impostos e descontos s/ venda de produtos	(807.768)	(672.087)	20,2%
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>17.085.976</b>	<b>14.457.450</b>	<b>18,2%</b>
<b>Receita Líquida de Serviços</b>	<b>15.353.228</b>	<b>13.571.626</b>	<b>13,1%</b>
<b>Receita Líquida de Produtos</b>	<b>1.732.748</b>	<b>885.824</b>	<b>95,6%</b>





## ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

### *Ambiente econômico*

Em 2011, a economia mundial sofreu com as crises fiscais dos Estados Unidos e da Europa. Após gastar demais para tentar recuperar suas economias da recessão de 2008, os países desenvolvidos acabaram com suas contas comprometidas e tiveram que desacelerar o crescimento econômico em função disso. Para o Brasil, diferentemente de 2010 quando não houve muito impacto no crescimento, o ano de 2011 também foi de desaceleração (expectativa de crescimento para o país é 2,9% no ano). Ainda assim, o mercado interno continua forte e o consumo mantém o ritmo de aceleração apresentado nos últimos anos, o que vem também impactando a inflação.

A taxa de inflação oficial do Brasil (IPCA) fechou o ano com alta de 6,5%, a maior taxa desde 2004. O número ficou acima da meta do Banco Central (4,5%), no limite superior da margem em 2%, considerada aceitável pelo governo. Apesar da pressão inflacionária, o Banco Central já iniciou uma política monetária expansionista, apostando que a desaceleração mundial será suficiente para frear a inflação.

Em relação à Política Monetária, o COPOM teve dois períodos durante 2011. No início do ano, quando a inflação ainda assustava mais do que a desaceleração econômica, o BC manteve a política monetária contracionista iniciada em 2010, aumentando a taxa de juros básica da economia de 10,75% a.a. para 12,50% a.a. A partir de Agosto, no entanto, com o agravamento da crise econômica mundial, a preocupação do BC passou a ser a expansão da produção nacional e teve-se início uma política de expansão monetária, na qual o BC reduziu a SELIC em 1,5 p.p., encerrando 2011 em 11% a.a.

Em relação à demanda doméstica, devido a um recorde de baixa na taxa de desemprego, a um aumento nos salários, uma melhora nas condições de crédito e a recuperação econômica, os economistas projetaram que o consumo das famílias deve continuar a apresentar expansão. Quanto a Formação Bruta de Capital Fixo deve crescer por conta da expansão da produção industrial.

A conta corrente brasileira fechou o ano com um déficit de US\$52,6 bilhões ou 2,12% do PIB, resultado maior que o de 2010, quando o déficit alcançou US\$47,3 bilhões. O resultado de 2011 foi o mais alto desde que o Banco Central passou a realizar essa estatística, em 1947. As maiores responsáveis pelo resultado foram as contas de serviços, principalmente o saldo de viagens internacionais e remessa de lucros. Em contrapartida, os Investimentos Externos Diretos totalizaram US\$66,7 bilhões, recorde para a conta, o que compensou o fluxo de saída de capital da conta corrente.

O câmbio também foi marcado por dois períodos esse ano. No primeiro semestre, o forte fluxo de moeda estrangeira derrubou a cotação da moeda americana e a levou a atingir níveis que não eram vistos desde 1999. Porém, a partir de agosto, a piora da crise mundial levou investidores a se refugiarem na segurança do Dólar, elevando sua cotação rapidamente. No fim do ano, o Dólar fechou em alta e 12,6%, cotado a R\$1,88.

Impactada pelo aumento de 37,4% do Investimento Externo Direto, a balança de pagamentos de 2011 registrou um superávit de US\$58,6 bilhões. O número representa um aumento de 19,4% se comparada ao superávit de US\$49,1 bilhões registrado em 2010.

Após a expansão dos gastos em 2010, influenciado pelo ano eleitoral, o superávit do governo voltou a apresentar níveis mais elevados. Em 2011, o superávit acumulado foi de R\$93,5 bilhões, frente a R\$78,8 bilhões acumulados em 2010, um aumento de 18,7%. Em relação ao PIB, os gastos do governo saíram de 2,15% em 2010 para 2,28% em 2011.



Segundo o Banco Central, o volume total de crédito no sistema financeiro expandiu 19,0% em 2011, representando 49,1% do PIB. No ano anterior, o crescimento anual foi de 20,6% para uma proporção de 45,2% do PIB.

### *Setor de telecomunicações*

Para o setor de telecomunicações, 2011 foi um ano mais positivo do que o ano anterior, quando a economia ainda era impactada pela crise global. O número de adições líquidas foi superior em todos os serviços se comparado com as adições líquidas de 2010. Apesar do mercado de telefonia móvel já mostrar altos níveis de penetração, em 2011 o nível de adições líquidas acabou superando a expectativa do mercado. O mercado móvel fechou o ano com 242,2 milhões de acessos, o que representa um crescimento anual de 19,3%, totalizando 39,3 milhões de novas linhas, segundo a Anatel.

O mercado de telefonia móvel brasileiro é o quinto maior do mundo e atingiu em 2011 uma taxa de penetração de 123,9 linhas para cada 100 habitantes. A telefonia celular já se estabeleceu como o meio de comunicação com a maior presença nos lares brasileiros em todas as classes sociais, muito devido às ofertas presentes no mercado com foco em ligações dentro da mesma operadora.

A maior parte do crescimento continua concentrada no segmento pré-pago que alcançou 198,2 milhões de acessos (+18,6% A/A) representando 81,8% do total do mercado. O segmento pós-pago alcançou a marca de 44,1 milhões de linhas, uma expansão de 22,9% A/A. Os fatores-chaves para o crescimento de ambos os setores foram o cenário econômico favorável com expansão do crédito, a melhor distribuição de renda (com parte de população migrando das classes D e E para a C) e a competição no mercado de telefonia celular brasileiro.

De acordo com a Anatel, o setor de telefonia fixa apresentou um leve crescimento de 2,1% quando comparado ao ano anterior, encerrando o período com 42,9 milhões de acessos, o que representa uma penetração de aproximadamente 22 linhas para cada 100 domicílios.

### *Particularidades do setor*

A telefonia móvel no Brasil é um setor privado onde os preços e tarifas praticados são regulados pelo mercado. A Anatel funciona como uma agência que regulamenta todos os setores das telecomunicações no Brasil, com a missão de “promover o desenvolvimento das telecomunicações do país de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infra-estrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional”.

No ambiente competitivo, o setor de telefonia móvel brasileiro se apresenta como um dos mais competitivos no mundo, sendo um dos poucos a apresentar quatro competidores com presença nacional e com participação de mercado entre 20% a 30%. O forte movimento de competição no mercado implica em maior pressão de margens por conta de despesas comerciais com propaganda e publicidade, comissões e subsídios. A prática do subsídio como ferramenta de competição vem sendo abandonada gradativamente pelas operadoras, dando espaço a ofertas mais focadas no uso do serviço. O recente movimento vem permitindo a queda no preço médio das tarifas que são compensadas por uma maior utilização. A TIM acelerou neste caminho durante 2011, abandonando praticamente a ferramenta de subsídios de aparelhos e voltando o foco ao estímulo do uso.

O capital intensivo também é uma das principais características da indústria das telecomunicações. De forma a suportar o aumento no tráfego de rede ao longo dos anos, são necessários elevados investimentos em tecnologia e infra-estrutura para garantir escala e qualidade dos serviços prestados.



Como prestadora de um serviço fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico do país, a TIM acredita fortemente que o Brasil está se consolidando em uma posição de destaque no cenário econômico mundial e está satisfeita por poder contribuir com o desenvolvimento de infra-estrutura do país, promovendo a universalização dos serviços de telecomunicações. A TIM reafirma seu compromisso de investimento em 2011 e a busca incessante por mais e melhores serviços, procurando atender a todas as necessidades de todos os seus stakeholders.

### *Regulamentação no setor*

O setor de telecomunicações é submetido à regulação da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, autarquia especial vinculada ao Ministério das Comunicações, a qual possui gestão autônoma e independente. A Anatel é responsável pela definição das normas referentes à prestação dos serviços de telecomunicações e ao relacionamento entre os diferentes prestadores, nos termos dispostos na Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997).

Especificamente no tocante à atividade operacional de TIM, Intelig e TIM Fiber, a Anatel desenvolveu uma estrita regulamentação da prestação dos serviços de comunicações móveis (Serviço Móvel Pessoal – SMP), de telefonia fixa (Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC) e de transmissão de dados (Serviço de Comunicação Multimídia – SCM).

Em vista do grande dinamismo do setor, em especial por conta dos acelerados avanços tecnológicos experimentados pelos prestadores, principalmente no âmbito do SMP, as normas editadas pela Anatel estão sujeitas a atualizações periódicas.

De forma a compartilhar o planejamento de suas ações com a sociedade e otimizar a execução das políticas públicas estabelecidas pelo Poder Executivo, a Anatel aprovou o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil – PGR (Resolução n.º 516/2008). No PGR, a Anatel estabelece ações de curto, médio e longo prazos, definidos, respectivamente, em 2, 5 e 10 anos.

Esse processo de adequação normativa leva em consideração as análises técnicas das áreas especializadas da Anatel e as discussões oriundas de Consultas Públicas, por meio das quais as propostas de atualização da regulamentação são debatidas entre a Anatel, o Poder Público e a sociedade em geral, sempre acompanhadas com bastante proximidade pela TIM.

A publicação do Decreto Presidencial nº 7.512, de 30 de junho de 2011, declinou ainda importantes marcos para o setor, como a licitação de radiofrequências de quarta geração, cujo Edital se encontra em Consulta Pública, e a determinação de metas de qualidade da banda larga, que implicaram numa nova regulamentação do SMP e SCM, atribuindo parâmetros de qualidade para prestação da Banda larga Fixa e Móvel, em fase de implementação por meio de um Grupo Integrado por empresas e Anatel, cuja plena adaptação demandará novos investimentos.

### *VU-M e Mercado de Atacado*

A interconexão entre as prestadoras de serviços de telecomunicações é obrigatória, permitindo aos usuários de diferentes serviços de telecomunicações de interesse coletivo (em especial, STFC, SMP e o Serviço Móvel Especializado – SME) a originação e terminação de chamadas entre redes de prestadoras distintas.

No caso do SMP, a Anatel estabeleceu que, sempre que sua rede for utilizada para originar ou terminar chamadas, as prestadoras farão jus ao recebimento do Valor de Uso de Rede do SMP (VU-M), de livre pactuação entre as partes relacionadas.



No âmbito de sua participação na Licitação nº 002/2007/SPV, que lhe assegurou as autorizações de uso de radiofrequências nas subfaixas 3G, a Anatel determinou à TIM a adoção de um único VU-M por Região do Plano Geral de Autorizações do SMP – PGA, com vigência a partir de 1º de novembro de 2010, de livre pactuação entre as prestadoras (Despacho nº 8.849/2009-CD).

Em outubro de 2011, a Anatel aprovou a Resolução nº 576/2011, que propõe um mecanismo de redução dos valores das chamadas fixo-móvel das concessionárias do STFC (VC-1), mediante a aplicação de um redutor de 18%, em fevereiro de 2012, 12%, em 2013, e 10% em 2014, sobre o Índice de Serviços de Telecomunicações – IST. Com efeito, este reajuste negativo das tarifas VC-1 seria acompanhado de novas negociações para pactuação do VU-M, possivelmente seguidas de processo de arbitragem junto à Anatel, cujo critério definido no Regulamento mencionado imputa que a integralidade da redução nominal do VC-1 será repassada ao VU-M.

Em paralelo, a Anatel aprovou a Consulta Pública nº 50/2010, ao final de dezembro de 2010, propondo profundas alterações do mercado de Exploração Industrial de Linhas Dedicadas – EILD, disciplinando mecanismos para otimização da estrutura operacional de contratação de circuitos de transmissão, de forma a incrementar a transparência dos custos de contratação e permitir tratamento isonômico às prestadoras independentes de Grupos de concessionárias.

A Consulta Pública nº 50/2010, ainda em análise pelo Conselho Diretor da Anatel, que esteve disponível para comentários até o dia 18 de março de 2011, inaugurou as discussões sobre o aprimoramento do mercado de atacado, que deverão culminar com a edição do Plano Geral de Metas de Competição – PGMC, objeto da Consulta Pública nº 41/2011, que consolidou mais de mil contribuições.

Atualmente em fase de análises pelo Conselho Diretor da Anatel, o PGMC deverá reunir normas de assimetria regulatória, em especial no mercado de EILD (infraestrutura de transmissão), de forma a proporcionar maior competição nos mercados de varejo e isonomia no mercado de atacado fixo, aperfeiçoando o modelo de regulação amparada pela definição de Poder de Mercado Significativo – PMS nos mercados relevantes considerados.

#### *Modelo de Custos*

A implementação de um modelo de custos pela Anatel vem sendo desenvolvida desde março de 2005, com a publicação da Resolução nº 396/2005, que aprovou o Documento de Separação e Alocação de Contas – DSAC, com vista à precificação de interconexão do STFC e SMP, bem como insumos do mercado de atacado, especialmente linhas dedicadas (EILD) e unbundling.

Em continuidade ao processo para sua efetiva implementação pela Anatel, em agosto de 2011, foi contratado, mediante licitação efetivada em convênio com a União Internacional de Telecomunicações – UIT, o consórcio capitaneado pela consultoria Advisia, com a finalidade de desenvolver a modelagem otimizada de custos, com prazo de conclusão de dois anos, a qual servirá de base para todos os modelos que a agência utilizará especialmente para a fixação de tarifas e preços de insumos inerentes aos serviços de telecomunicações.

A implementação otimizada do modelo de custos era uma das metas de curto prazo previstas no PGR, com expectativa de conclusão para outubro de 2010, porém, sua complexidade técnica indica que somente será efetivamente empregada pela Anatel em 2014.

#### *Espectro de Frequências*



A TIM é detentora de autorizações de direito de uso de radiofrequências para prestação do SMP nas faixas de frequência de 800 MHz, 900 MHz, 1,8 GHz e 1,9/2,1 GHz, o que lhe permite prestar serviços de comunicações móveis nas tecnologias 2G e 3G em todo o país.

Em outubro de 2010, a Anatel iniciou a Licitação nº 002/2010-PVCP/SPV, que leiloou a subfaixa H (faixa de 1,9/2,1 GHz – 3G) e de sobras de faixas de 1,8 GHz (2G). Por conta de impedimentos definidos pela Anatel, relacionados aos limites para detenção de radiofrequências, as atuais prestadoras de SMP, com operação na faixa de 1,9/2,1 GHz, não foram habilitadas ao leilão da subfaixa H.

A impossibilidade de participação das atuais prestadoras do SMP no leilão da subfaixa H, permitiu à Nextel arrematar uma cobertura nacional 3G e uma presença 2G, na Região I do PGA, somando um investimento total de R\$ 1.421,3 milhões.

Em dezembro de 2011, iniciou-se a Licitação nº 001/2011-PVCP/SPV, com as sobras do leilão supracitado. Houve arremate de 16 blocos na faixa de 1.800 MHz pelas prestadoras Claro, Oi, CTBC e TIM, que adquiriu a maior quantidade de MHz com o menor ágio.

Como resultado de sua participação nas Licitações, a TIM, com investimento de R\$ 65 milhões nos leilões (referente ao leilão de dezembro de 2010 e previsão de investimento R\$80,7 milhões referente ao leilão de dezembro de 2011), poderá ampliar sua cobertura 2G e intensificar sua presença nas regiões Norte e Centro-oeste do país, nos Estados do Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais, áreas que têm registrado forte crescimento econômico.

Em janeiro de 2012 houve a publicação de uma consulta pública que trata da licitação das bandas de 450 MHz e 2.500 MHz, com intuito de introduzir a chamada tecnologia de quarta geração no Brasil, em preparação para a Copa do Mundo e as Olimpíadas e de desenvolver a cobertura em áreas rurais, objetivos amplamente distintos, tratados sob a ótica de licitação conjunta, conforme Edital em Consulta Pública por parte da Anatel.

#### *Consolidação das Licenças de STFC da TIM e da Intelig*

Com a incorporação da Intelig pela TIM (operação anuída pela Anatel por meio do Ato n.º 4.634/2009) o Grupo TIM, em atendimento à regulamentação vigente, foi obrigado a eliminar as sobreposições de licença existentes (tanto a TIM quanto a Intelig detêm licenças de STFC nas suas modalidades: Local, Longa Distância Nacional – LDN e Longa Distância Internacional - LDI).

Para tal, foi estipulado um prazo de 18 meses, a contar do fechamento da operação (Ato n.º 5.470/2010). Tal prazo ainda foi prorrogado por mais 12 meses (Ato n.º 4.559/2011), vencendo em 30 de junho de 2012.

Neste sentido, o Grupo TIM protocolizou em 30 de dezembro de 2011 petições formalizando à Agência a consolidação de seus Termos de Autorização do STFC na modalidade Local na Intelig e a consolidação dos seus Termos de Autorização do STFC LDN e LDI na TIM. Por conta de tal movimento, em 30 de junho de 2012 o Grupo TIM devolverá o CSP 23 para a Anatel, permanecendo a sua operação de STFC LDN e LDI vinculada ao CSP 41 sob a licença de STFC LDN e STFC LDI da TIM, permanecendo com a Intelig a licença de STFC Local.

#### *Qualidade de Serviços*

Publicados pela Anatel em outubro de 2011, os Regulamentos de Gestão da Qualidade do SMP e do SCM impõem parâmetros de qualidade que deverão ser atendidos pelas prestadoras dos serviços de telefonia móvel e de conexão à internet, em geral, em até 12 meses.

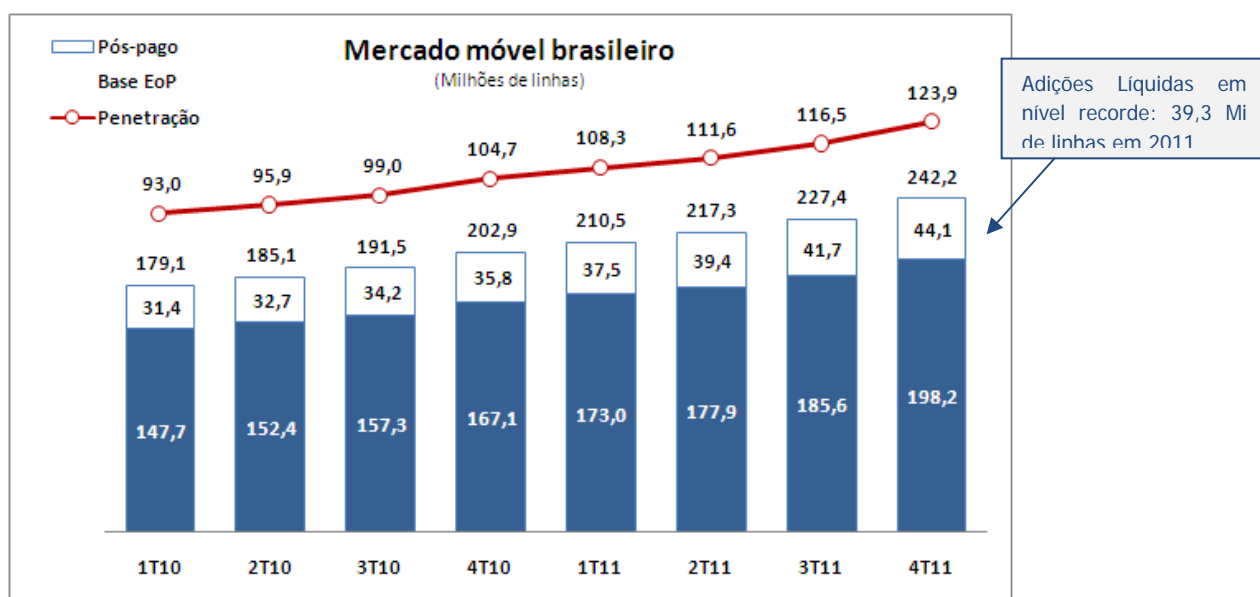
Entre tais parâmetros de qualidade, destacam-se os relacionados à qualidade das redes, tanto móveis quanto fixas, criando-se obrigações de garantia de velocidades mínimas e médias em patamares muito acima dos atualmente praticados pelas prestadoras, o que demandará, em curto prazo, investimentos para que sejam atendidas tais obrigações.

Em razão da necessidade de melhor quantificação dos impactos financeiros, o Grupo Oi apresentou pedido de anulação conjugado com pedido de revisão de determinados indicadores, com o objetivo de requerer à Anatel apresentação de estudos técnicos e dos impactos econômicos que a motivaram a editar tais regulamentos.

O referido pedido foi submetido à Consulta Pública pela Anatel, o que resultou em uma série de contribuições contrárias à manutenção das métricas de qualidade, por parte das prestadoras de serviços de telecomunicações atingidas, os quais se encontram em exame pela Agência.

### Resultados Operacionais

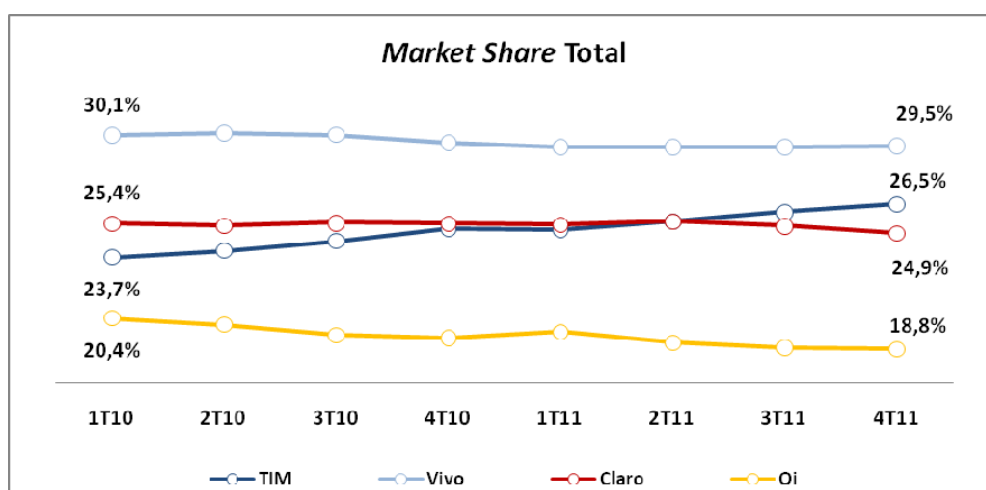
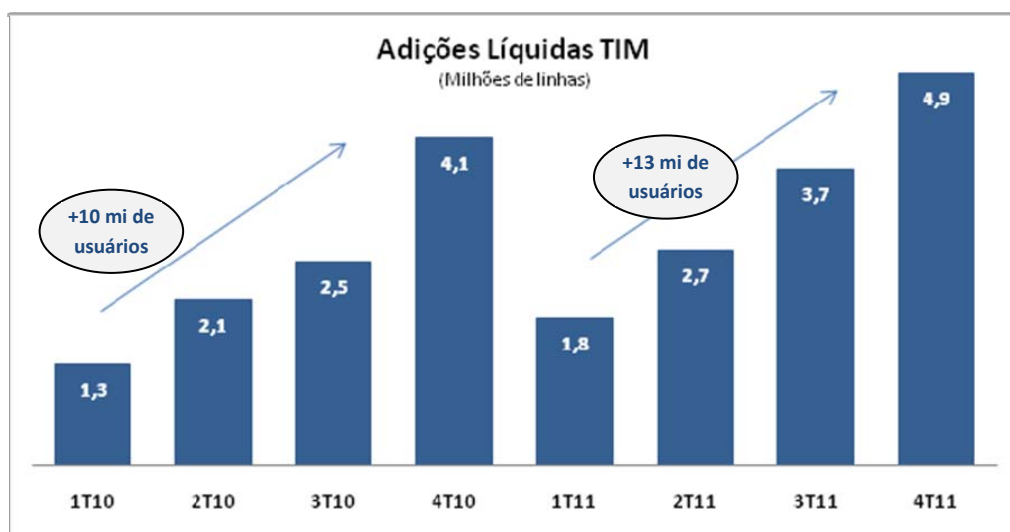
Mercado de telefonia móvel brasileira atingiu 242,2 milhões de linhas até o final de 2011, o que representa um crescimento anual de 19,3% (vs. 16,7% no 4T10) e uma taxa de penetração de 123,9%, passando de 104,7% ao final de 2010. O crescimento do mercado móvel tem sido apoiado por: i) estímulo de chamadas on-net (que cria o efeito de múltiplos SIM Cards de vendas no segmento pré-pago), e ii) a crescente demanda por serviços de dados, especialmente no smart/webphones.



Em 2011, o mercado brasileiro de telefonia móvel registrou 39,3 milhões de adições líquidas, um recorde para o ano inteiro, superando o recorde de 2008, e os 29 milhões de adições líquidas em 2010. Abrindo o mercado no segmento pré e pós-pago, o primeiro acrescentou de 31,1 milhões de usuários (32,2% A/A), representando 79,1% do total do mercado brasileiro. Quanto ao segmento pós-pago de 2011, o volume de adições líquidas atingiu 8,2 milhões, um aumento de 49,7% contra dezembro de 2010.

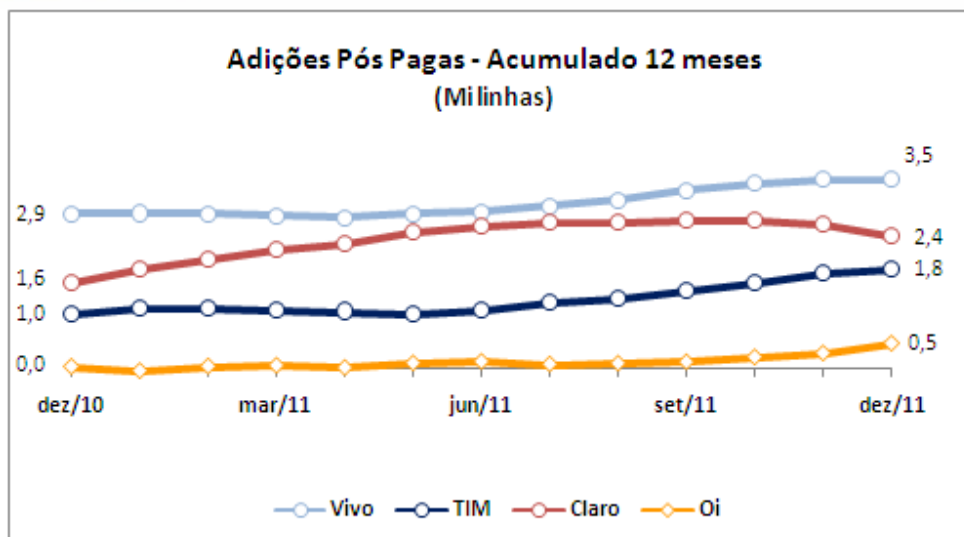
A base total de assinantes terminou o quarto trimestre com 64,1 milhões de linhas, 25,6% acima do 4T10, representando um market share de 26,5%. As adições líquidas em 2011 totalizaram 13,1 milhões de linhas líquidas (11,2 milhões no pré e 1,8 milhões no pós pago), assumindo a liderança de adições no trimestre, com 32,7% de participação no market share incremental e 43% em dezembro. Esse desempenho

consistente no market share de adições líquida levou a TIM a ser o único player que ganhou Market share em 2011 (1,6 p.p.), e confirma os planos Infinity e Liberty como a melhor opção no mercado.

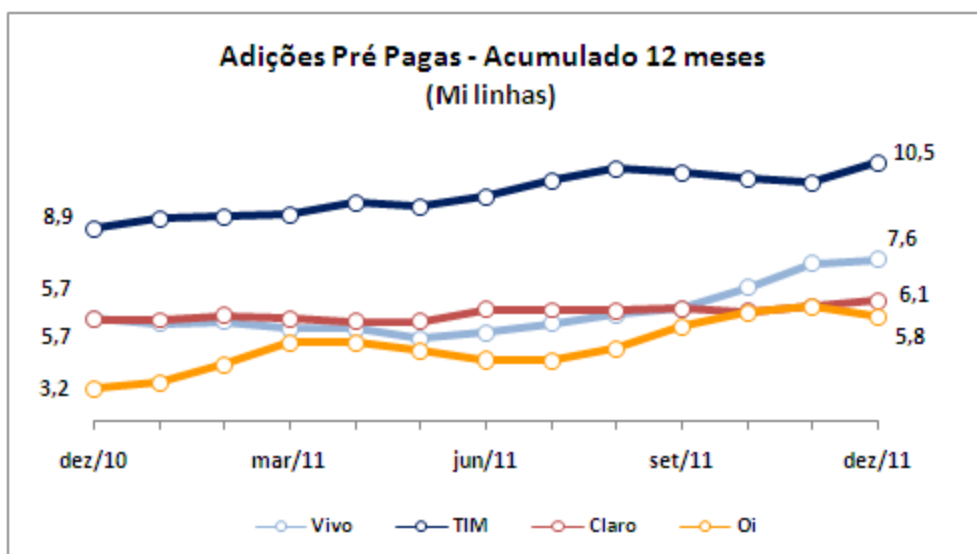


O segmento pós pago atingiu uma base de clientes de 9,3 milhões de usuários em dezembro de 2011, um crescimento de 24,4% versus 15,7% em 2010. Tal crescimento se deve aos planos de voz Liberty e Infinity, que encerrou o trimestre com quase 70% dos pós-pagos da base, alavancados por planos de dados (dongles).

Outra razão para o alto número de adições brutas no pós pago e a diminuição do churn foi mostrado nos indicadores da Anatel de qualidade do SMP. No SMP 11, que indica os problemas por cada 100 mil contas emitidas, a TIM se destacou em dezembro como o player com a menor taxa no setor. Este é um sólido sinal do esforço da empresa em estabelecer um regime de tarifação transparente e simples facilita a vida de seus clientes e fornece um grande incentivo para a comunicação ilimitada.



No segmento pré pago, o total de usuários alcançou 54,8 milhões, um aumento de 25,8% - em grande parte alavancado pelo plano Infinity Pre, que alcançou 53 milhões de usuários (97% da base neste segmento). TIM continua a impulsionar o crescimento do mercado no segmento pré pago, como a empresa tem adicionado constantemente planos e serviços inovadores para o seu conceito Infinity (ou seja, a Infinity Torpedo, Infinity Web e Infinity Mais), mantendo-se assim como a melhor escolha do mercado para os clientes.



Quanto aos números de 2011, a TIM apresentou o maior volume de adições brutas, registrando um recorde anual de adições brutas (39,8 milhões de linhas). Esse resultado representa um crescimento de 39,0% quando comparado ao ano anterior, grande parte impulsionado pelo segmento pré-pago.

As desconexões atingiram 26,7 milhões no ano, com uma taxa de rotatividade de 47,9 versus 42,4% registrado em 2010. O ligeiro aumento no churn é explicado por uma estrita regra de desconexão para evitar despesas desnecessárias com Fistel em meio a forte atividade comercial, especialmente no pré-pago.

Rede & Qualidade: Nossa cobertura GSM atingiu 94,4% da população urbana, servindo 3.294 cidades. Apesar de um aumento de tráfego contínuo nos últimos trimestres (+27,6% A/A), a TIM manteve a posição de liderança em termos de qualidade da Anatel nos indicadores de rede, sendo o único competidor a alcançar 100% nesses indicadores em 8 dos últimos 12 meses. Tal resultado reforça o compromisso da TIM





de oferecer qualidade superior em serviço, enquanto acelera a substituição fixo-móvel (estratégia intensiva do MOU) e aceleração da oferta de dados.

Quanto à cobertura de dados, a TIM oferece tecnologia GPRS para 100% da sua base, sendo aproximadamente 80% coberto pela tecnologia EDGE. A tecnologia de terceira geração (3G) teve seu roll-out acelerado e agora está presente em 488 cidades - atingindo cerca de 66,6% da população urbana no Brasil. Esperamos continuar a acelerar a cobertura 3G nos próximos trimestres.

#### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A receita da Companhia é basicamente composta por moeda local, não sendo assim afetada por possíveis variações cambiais. A mesma é impactada diretamente por alterações na sua base de clientes, variações no volume de uso e modificações nas tarifas cobradas em função de novo plano tarifário, lançamento de produtos ou introdução de promoções. A Companhia pode ajustar os preços de sua tarifa ao público desde que compreendidos no preço limite homologado pela ANATEL, o valor máximo fica sujeito a um reajuste anual conforme o comportamento da inflação. Em muitos casos, apesar da ANATEL permitir reajustes, a forte competição no setor vem acarretando reduções nas tarifas praticadas, influenciada por promoções de minutos intra-rede.

A receita líquida total de 2011 foi de R\$17.085 milhões (uma expansão de 18,2%, em relação a 2010), enquanto a receita líquida de serviços totalizou R\$15.353 milhões (13,1% a mais que em 2010), impactada principalmente pela expansão da receita de voz (local e LD). A receita líquida de aparelhos totalizou R\$1.733 milhões no período, uma expansão de 95,6% em relação ao mesmo período ano anterior, refletindo a estratégia da Companhia de aumentar a penetração dos *smart/webphones* para alavancar o uso de serviços de dados.

Em 2011, as receitas provenientes dos serviços de "VAS" representaram 14,3% da receita bruta de serviços, totalizando R\$3.166 milhões, crescimento de 41,3% A/A. Os Serviços de Valor Agregado tiveram presença constante na agenda de lançamentos da Companhia para o mercado.

Em 2011, a Companhia manteve sua estratégia com planos focados no aumento do uso e da penetração dos dados, visando incrementar as receitas nesse segmento. Para isso, a Companhia reformulou seu pacote de ofertas e criou planos revolucionários com alta proposição de valor para os seus clientes. Para o pré-pago, lançamos o *Infinity Torpedo*, plano com o mesmo conceito do *Infiny Web*, voltado para SMS via aparelho celular. No pós-pago, criamos o *Liberty Web*, um pacote de planos voltados para *Smartphones*, *Tablets* e *Modems*, cada um adequado com o perfil de uso de cada tipo de aparelho. Além disso, para alavancar o uso de dados a Companhia tem feito um esforço muito grande em aumentar a penetração de *smart/webphones* na sua base.

#### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

**Inflação:** Possíveis aumentos na taxa de inflação podem acarretar em maiores custos para Companhia e conseqüentemente redução de margens. Em caso de forte cenário inflacionário, o governo poderá adotar uma política monetária mais austera, como aumento da taxa de juros, reduzindo e encarecendo a oferta de crédito e conseqüentemente, afetando nossos consumidores de serviços de telecomunicações.

**Taxas de juros:** As despesas financeiras da Companhia são afetadas por flutuações nas taxas de juros, como a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) utilizada pelo BNDES e o CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados principalmente em Certificados de



Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco. Em 2011, a Companhia apresentava disponibilidades no montante total de R\$ 3.265 milhões e uma dívida bruta de R\$3.705 milhões com uma parcela circulante de R\$1.111 milhões e um nível de endividamento em relação ao EBITDA de 0,51x.

**Cambial:** Ao final de 2011, aproximadamente 33% da dívida possuía exposição cambial. A Companhia para se proteger de eventuais flutuações de moeda, mantém sua política de *hedge* para 100% de sua exposição através de contratos de *Swap* de câmbio.

Além disso, a Companhia adquire parte de equipamentos de rede e telefones celulares de fornecedores globais, cujos preços são definidos em dólares americanos. A depreciação do real em relação ao dólar americano pode resultar em aumento relativo do preço de aquisição de produtos.



**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Com a aquisição da Atimus, temos as seguintes linhas de negócio em nossas controladas

TIM

- ✓ Telefonia móvel
- ✓ Banda larga móvel
- ✓ Telefonia fixa
- ✓ Longa Distância

Intelig

- ✓ Telefonia fixa
- ✓ Banda larga fixa
- ✓ *Wholesale*
- ✓ Longa Distância

Tim Fiber RJ e TIM Fiber SP

- ✓ Banda larga fixa
- ✓ *Wholesale*

A estratégia do Grupo é focada na maximização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

**Aquisição da TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP**

A controlada integral TIM Celular firmou, com a Companhia Brasileira de Energia e com a AES Elpa S.A. (empresas do Grupo AES Brasil), um contrato tendo por objeto a compra de suas participações societárias na Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (100%) e na AES Communications Rio de Janeiro S.A. (98,3%). Tal contrato foi assinado em 08 de julho de 2011. Em 31 de outubro de 2011, após o atendimento às condições contratuais precedentes e a outras condições externas ao acordo (tais como aprovação das aquisições por órgãos reguladores) a operação de aquisição das participações da Companhia Brasileira de Energia e da



AES Elpa S.A foi concluída. Os valores desembolsados foram, respectivamente, R\$1.074.179 e R\$447.471. Ainda durante o exercício de 2011, a Eletropaulo Telecomunicações Ltda. teve sua denominação social alterada para TIM Fiber SP Ltda e a AES Communications Rio de Janeiro S.A. mudou sua razão social para TIM Fiber RJ S.A.

Adicionalmente, referido contrato de compra obrigava a TIM Celular, após a conclusão da compra da participação da AES Elpa S.A. na AES Communications Rio de Janeiro S.A., a estender a mesma oferta de aquisição de ações aos acionistas minoritários da AES Communications S.A. Tal oferta aos minoritários foi realizada ainda em 2011 e continuará vigente até o dia 26 de fevereiro de 2012.

Esta aquisição teve como principal objetivo para a TIM a ampliação de sua atuação no negócio de comunicação de dados de alta velocidade, propiciando à Companhia a oferta de novos produtos aos seus clientes, assim como propiciar uma redução em seu custo de aluguel de infra-estrutura, além de obter importantes sinergias relacionadas à rede de fibra ótica.

#### **c. eventos ou operações não usuais**

Não houve, em 2010, qualquer processo que pudesse gerar eventos não recorrentes que impactassem os resultados financeiros desse período.



**10.4. Os diretores devem comentar:**

**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não aplicável ao exercício de 2011.

**Novos critérios de reconhecimento de ativos e passivos advindos da adoção do padrão contábil internacional (IFRS)**

Não aplicável ao exercício de 2011.

**Reclassificação advinda da adoção do padrão contábil internacional (IFRS)**

Não aplicável ao exercício de 2011.

**Reclassificações efetuadas para fins de melhor apresentação**

Não aplicável ao exercício de 2011.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não aplicável ao exercício de 2011.



Reconciliação do Balanço Patrimonial Consolidado da Companhia em 01 de janeiro de 2009 – Data de transição

	<b>Consolidado</b>		
	Balanço Patrimonial em 01/01/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanço Patrimonial em 01/01/09 - após os ajustes
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.531.543	-	1.531.543
Aplicações financeiras	23.048	-	23.048
Contas a receber	2.635.355	-	2.635.355
Estoques	548.514	-	548.514
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	603.353	(288.726)	314.627
Impostos e contribuições diretos a recuperar	-	288.726	288.726
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.451	(49.451)	-
Despesas antecipadas	155.825	(134.865)	20.960
Operações com derivativos	260.925	-	260.925
Outros ativos	26.839	-	26.839
	<b>5.834.853</b>	<b>(184.316)</b>	<b>5.650.537</b>
<b>Não Circulante</b>			
Aplicações financeiras	9.911	-	9.911
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	226.975	(70.836)	156.139
Impostos e contribuições diretos a recuperar	-	70.836	70.836
Imposto de renda e contribuição social diferidos	110.763	78.802	189.565
Depósitos judiciais	143.924	-	143.924
Despesas antecipadas	13.693	-	13.693
Operações com derivativos	126.648	-	126.648
Outros ativos	7.268	-	7.268



Imobilizado	4.799.094	(45.294)	4.753.800
Intangível	4.817.312	170.263	4.987.575
Diferido	149.029	(149.029)	-
	<b>10.404.617</b>	<b>54.742</b>	<b>10.459.359</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>16.239.470</b>	<b>(129.574)</b>	<b>16.109.896</b>

#### Consolidado

	Balanço Patrimonial em 01/01/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanço Patrimonial em 01/01/09 - após os ajustes
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	3.328.714	-	3.328.714
Empréstimos e financiamentos	1.482.705	-	1.482.705
Operações com derivativos	52.448	-	52.448
Obrigações trabalhistas	106.991	-	106.991
Impostos e contribuições indiretos a recolher	601.779	(129.821)	471.958
Impostos e contribuições diretos a recolher	-	129.821	129.821
Dividendos a pagar	193.365	-	193.365
Outras obrigações	113.639	-	113.639
	<b>5.879.641</b>	<b>-</b>	<b>5.879.641</b>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	2.066.514	-	2.066.514
Operações com derivativos	10.814	-	10.814
Provisão para contingências	253.370	-	253.370
Passivo atuarial	6.425	-	6.425
Provisão para futura desmobilização de ativos	211.803	(34.736)	177.067
Outras obrigações	20.447	-	20.447
	<b>2.569.373</b>	<b>(34.736)</b>	<b>2.534.637</b>

**Patrimônio líquido**

Capital social	7.613.610	-	7.613.610
Reserva de capital	34.330	157.556	191.886
Reservas de lucros	142.516	-	142.516
Prejuízos acumulados	-	(252.394)	(252.394)
	<b>7.790.456</b>	<b>(94.838)</b>	<b>7.695.618</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>16.239.470</b>	<b>(129.574)</b>	<b>16.109.896</b>

Reconciliação do Balanço Patrimonial Consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2009

	<b>Consolidado</b>		
	Balanço Patrimonial em 31/12/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanço Patrimonial em 31/12/09 - após os ajustes
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.413.024	-	2.413.024
Aplicações financeiras	146.145	-	146.145
Contas a receber	2.443.424	-	2.443.424
Estoques	406.434	-	406.434
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	905.308	(440.693)	464.615
Impostos e contribuições diretos a recuperar	-	440.693	440.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.709	(32.709)	-
Despesas antecipadas	238.270	(213.580)	24.690
Operações com derivativos	49.237	-	49.237
Outros ativos	94.390	-	94.390
	<b>6.728.941</b>	<b>(246.289)</b>	<b>6.482.652</b>



**Não Circulante**

Aplicações financeiras	16.567	-	16.567
Contas a receber	41.269	-	41.269
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	221.738	(41.706)	180.032
Impostos e contribuições diretos a recuperar	-	41.706	41.706
Imposto de renda e contribuição social diferidos	196.886	100.601	297.487
Depósitos judiciais	227.521	-	227.521
Despesas antecipadas	9.847	-	9.847
Operações com derivativos	29.027	-	29.027
Outros ativos	11.863	-	11.863
Imobilizado	5.323.174	270.598	5.593.772
Intangível	4.494.342	496.370	4.990.712
Diferido	110.979	(110.979)	-
	<b>10.683.213</b>	<b>756.590</b>	<b>11.439.803</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>17.412.154</b>	<b>510.301</b>	<b>17.922.455</b>

**Consolidado**

	Balanço Patrimonial em 31/12/09 - antes dos ajustes	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs	Balanço Patrimonial em 31/12/09 - após os ajustes
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	3.099.982	-	3.099.982
Empréstimos e financiamentos	1.417.363	-	1.417.363
Operações com derivativos	48.122	-	48.122
Obrigações trabalhistas	107.863	-	107.863
Impostos e contribuições indiretos a recolher	726.497	(162.645)	563.852
Impostos e contribuições diretos a recolher	-	162.645	162.645

Dividendos a pagar	224.652	-	224.652
Outras obrigações	115.450	-	115.450
	<b>5.739.929</b>		<b>5.739.929</b>

#### **Não Circulante**

Empréstimos e financiamentos	2.742.595	-	2.742.595
Operações com derivativos	113.200	-	113.200
Provisão para contingências	208.167	116.341	324.508
Impostos e contribuições indiretos a recolher	29.141	(23.984)	5.157
Impostos e contribuições diretos a recolher	-	23.984	23.984
Imposto de renda e contribuição social diferidos		96.154	96.154
Passivo atuarial	7.527	-	7.527
Provisão para futura desmobilização de ativos	237.096	2.539	239.635
Outras obrigações	52.406	-	52.406
	<b>3.390.132</b>	<b>215.034</b>	<b>3.605.166</b>

#### **Patrimônio Líquido**

Capital social	8.149.096	-	8.149.096
Reserva de capital	15.569	380.560	396.129
Reservas de lucros	158.049	-	158.049
Prejuízos acumulados	(40.621)	(85.293)	(125.914)
	<b>8.282.093</b>	<b>295.267</b>	<b>8.577.360</b>

<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>17.412.154</b>	<b>510.301</b>	<b>17.922.455</b>
---	-------------------	----------------	-------------------

Reconciliação da Demonstração do Resultado Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	<b>Consolidado</b>		
	Demonstração do resultado em 31/12/09 divulgada	Ajustes/ reclassificações conforme CPC's/IFRS	Demonstração do resultado em 31/12/09 reapresentada
Receita operacional líquida	<b>13.105.935</b>	52.199	<b>13.158.134</b>
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	<b>(6.723.182)</b>	50.813	<b>(6.672.369)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.382.753</b>	<b>103.012</b>	<b>6.485.765</b>
Receitas (despesas) operacionais			
Comercialização	<b>(4.450.079)</b>	13.328	<b>(4.436.751)</b>
Gerais e administrativas	<b>(1.070.536)</b>	37.098	<b>(1.033.438)</b>
Outras despesas operacionais	<b>(385.113)</b>	(77.001)	<b>(462.114)</b>
	<b>(5.905.728)</b>	<b>(26.575)</b>	<b>(5.932.303)</b>
Resultado operacional	<b>477.025</b>	<b>76.437</b>	<b>553.462</b>
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	<b>834.126</b>	(298)	<b>833.828</b>
Despesas financeiras	<b>(1.090.742)</b>	11.799	<b>(1.078.943)</b>
	<b>(256.616)</b>	<b>11.501</b>	<b>(245.115)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>220.409</b>	<b>87.938</b>	<b>308.347</b>
Imposto de renda e contribuição social	<b>(5.516)</b>	38.542	<b>33.026</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>214.893</b>	<b>126.480</b>	<b>341.373</b>
Outros componentes do resultado abrangente			



Total do resultado abrangente do exercício	214.893	126.480	341.373
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas da Companhia	214.893	126.480	341.373
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O parecer de auditoria contém ênfase em função das demonstrações financeiras individuais, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, divergindo em relação ao IFRS no que tange a avaliação dos investimentos em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Para fins de IFRS deveriam ser avaliadas ao custo ou valor justo.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

### **Políticas Contábeis Críticas**

As políticas contábeis fundamentais são aquelas significativas para a apresentação de nossa situação financeira e resultados das operações e exigem julgamentos mais subjetivos e complexos por parte da administração, demandando frequentemente que a diretoria estime o efeito de fatores de natureza incerta. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível resolução das incertezas futuras, essas decisões se tornam mais complexas. Baseamos nossas estimativas e premissas na experiência histórica, tendências do setor e outros fatores que consideramos cabíveis nas circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dos previstos, e diferentes premissas ou estimativas do futuro podem alterar os resultados financeiros demonstrados. Para facilitar o entendimento de como a administração da Companhia estimou o impacto potencial de certas incertezas, incluindo as variáveis e premissas que embasam as estimativas, identificamos as políticas contábeis fundamentais discutidas a seguir. Descrevemos nossas principais políticas contábeis, inclusive as discutidas abaixo, na nota explicativa específica de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

#### *(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ativos imobilizados e os ativos intangíveis, incluindo ágios.

(b) *Provisão para futura desmobilização de ativos*

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pela vida útil desses bens. A Companhia reconhece, através de estimativa, o valor presente destes custos e seu prazo de amortização. Estas estimativas envolvem tanto a avaliação sobre quais seriam os custos de desmobilização quanto a utilização de taxa de desconto para determinar o valor presente de tais custos. Tal estimativa é sensível a diversas condições econômicas que podem não ser confirmadas quando da efetiva desmobilização dos ativos.

(c) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

*O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro e é baseado em premissas fiscais conservadoras.*

(d) *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer a face eventuais perdas na realização de tais créditos.

(e) *Provisão para contingências*

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

(f) *Valor justo de instrumentos financeiros*

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do mesmo pelo nível seguindo a seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

*g. Combinação de negócios*

A Companhia utiliza o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Por outro lado, os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos são também mensurados pelo seu valor justo. Desta forma, a determinação do valor justo destes componentes de uma combinação de negócios envolve julgamentos da Administração. Especificamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou a aquisição das empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications Rio de Janeiro S.A. e procedeu a um exercício de identificação e valorização preliminar dos ativos identificáveis adquiridos, das contingências e passivos assumidos e, portanto, estão sujeitas a revisão futura dentro das regras existentes para este tipo de transação.



**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

**a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados;**

Pretendemos utilizar a totalidade dos recursos líquidos (após a dedução de comissões e despesas estimadas da Oferta Global) provenientes da Oferta Global, sem considerar o Lote Suplementar para a evolução e expansão de nossa infra-estrutura de rede. A tabela abaixo resume os montantes e os percentuais aproximados das destinações.

<b>Destinação</b>	<b>Percentual Estimado (%)</b>	<b>Valor Estimado dos Recursos Líquidos<sup>(1) (2)</sup></b> <i>(em R\$ milhões)</i>	<b>Valor Estimado dos Recursos Líquidos<sup>(1) (2)</sup></b> <i>(em R\$ milhões)</i>
<b>Evolução da Infra-estrutura de rede</b>	<b>100%</b>	<b>R\$1.622,70</b>	<b>R\$1.700</b>
. Construção de redes em fibra ótica nas regiões NO e NE (acesso 2G/3G, transmissão)	40%	R\$649,08	R\$680,76
. Aceleração da expansão de cobertura em tecnologia de terceira geração (3G)	20%	R\$324,54	R\$340,38
. Aceleração da expansão de redes metropolitanas próprias (projeto de fibra ótica ate as antenas e micro-ondas)	20%	R\$324,54	R\$340,38
. Novos negócios: lançamento do serviço de banda larga fixa residencial em São Paulo e Rio de Janeiro, além da evolução no mercado corporativo naquela região	20%	R\$324,54	R\$340,38
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>R\$1.622,70</b>	<b>R\$1.701,90</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação.

<sup>(2)</sup> Recursos líquidos (após a dedução de comissões e despesas estimadas da Oferta Global) provenientes da Oferta Global, sem considerar o Lote Suplementar.

<sup>(3)</sup> Recursos líquidos (após a dedução de comissões e despesas estimadas da Oferta Global) provenientes da Oferta Global, considerando o Lote Suplementar.

**b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição;**

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

**c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.**

Não se aplica





**10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não existem compromissos de valor material que não tenham sido indicados nas demonstrações financeiras.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, pois não detemos outros itens materiais, de outras naturezas, que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.



**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, pois não detemos outros itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

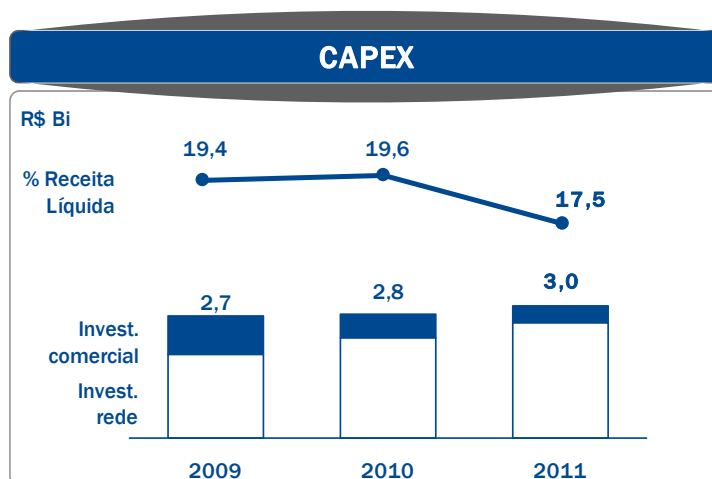
Não aplicável.

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

No ano de 2011, o CAPEX esteve principalmente focado na cobertura de rede e capacidade de suportar o aumento do tráfego, principalmente o de voz, acompanhando o portfólio de ofertas (como exemplo: *Infinity, Liberty*). Com relação ao desenvolvimento de dados, a Companhia manteve sua estratégia em cobertura seletiva, focando nas áreas de maior densidade e garantindo qualidade na prestação do serviço. Os investimentos continuarão direcionando para o investimento da rede para continuarmos a oferecer um serviço com qualidade.



**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia financiou sua expansão e manutenção do parque industrial com recursos da própria geração de caixa e também através de linhas de crédito junto a bancos de fomentos (BNDES), bem como outras instituições financeiras.

A Companhia realizou em novembro de 2011 uma oferta pública de ações onde captou R\$1,72 bilhão para usar como fonte de financiamento para os seguintes investimentos: (i) Construção de redes de fibra óptica nas regiões Norte e Nordeste (acesso 2G/3G e transmissão de dados); (ii) Aceleração da expansão de cobertura em tecnologia de terceira geração (3G); (iii) Aceleração da expansão de redes metropolitanas próprias (projeto de fibra óptica até as antenas e micro-ondas); (iv) Novos negócios: lançamento do serviço de banda larga fixa residencial em São Paulo e Rio de Janeiro, além da evolução no mercado corporativo naquela região.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

A Companhia opera sua rede de prestação de serviços nas tecnologias TDMA, GSM e 3G. A tecnologia TDMA vinha sofrendo desinvestimentos em decorrência de sua obsolescência e redução de prestação de serviços/equipamentos disponíveis. Durante o ano de 2010, a Companhia parou de operar a sua rede através da tecnologia TDMA.



**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável, pois não adquirimos plantas, equipamentos ou outros ativos que venham a influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.



**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

## Índice

---

### 12. Assembléia e administração

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	1
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	9
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	12

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
Antonino Ruggiero	45	Pertence apenas à Diretoria	13/12/2010	2012
060.170.797-43	Técnico Industrial em Eletrônica	Wholesale Officer	13/12/2010	Sim
Daniel Junqueira Pinto Hermeto	40	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2010	2012
004.078.756-70	Engenheiro Eletricista	Purchasing and Supply Chain Officer	03/05/2010	Sim
Mario Girasole	43	Pertence apenas à Diretoria	13/12/2010	2012
059.292.237-50	Bacharel em Ciências Econômicas	Regulatory Affairs Officer	01/01/2011	Sim
Lorenzo Federico Zanotti Lindner	38	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2010	2012
025.275.667-31	Bacharel em Ciências Econômicas	Chief Commercial Officer	03/05/2010	Sim
Claudio Zezza	48	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2010	2012
060.808.147-73	Bacharel em Ciências Econômicas	Chief Financial Officer	03/05/2010	Sim
Roger Sole Rafols	37	Pertence apenas à Diretoria	02/08/2011	2012
057.977.907-69	Administrador	Chief Marketing Officer	02/08/2011	Sim
Rogério Tostes Lima	40	Pertence apenas à Diretoria	31/10/2011	02 anos unificado
698.713.966-00	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	31/10/2011	Sim
Adhemar Gabriel Bahadian	70	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2011	2013
012.987.207-53	Diplomata aposentado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	11/04/2011	Sim
Carmelo Furci	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2011	2013
054.882.267-02	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/04/2011	Sim
Gabriele Galateri di Genola e Suniglia	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2011	2013

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
060.775.867-81	Bacharel em Administração	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/04/2011	Sim
Maílson Ferreira da Nóbrega	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2011	2013
043.025.837-20	Bacharel em Ciências Econômicas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	11/04/2011	Sim
Presidente do Comitê de Controle Interno e da Governança Corporativa				
Manoel Horacio Francisco da Silva	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2011	2013
066.526.978-15	Bacharel em Administração	20 - Presidente do Conselho de Administração	11/04/2011	Sim
Membro do Comitê de Remuneração e do Comitê de Controle Interno e da Governança Corporativa				
Andrea Mangoni	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2011	2013
061.139.837-06	Bacharel em Administração	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/04/2011	Sim
Membro efetivo do Comitê de Controle Interno e da Governança Corporativa				
Stefano de Angelis	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2011	2013
059.567.317-10	Bacharel em Ciências Econômicas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2011	Sim
Oscar Cicchetti	60	Pertence apenas ao Conselho de Administração	05/08/2011	2013
060.928.917-94	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	05/08/2011	Sim
Membro do Comitê de Remuneração.				
Luca Luciani	43	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	11/04/2011	2013
059.837.507-47	Bacharel em Ciências Econômicas	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	11/04/2011	Sim
Corporative Support Officer Interino (Diretor de Suporte Corporativo Interino)				
Carlos Alberto Caser	50	Conselho Fiscal	11/04/2010	AGO 2012
620.985.947-04	Advogado	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	29/04/2010	Não
Oswaldo Orsolin	68	Conselho Fiscal	11/04/2011	AGO 2012
034.987.868-49	Economista e Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim
Samuel de Paula Matos	63	Conselho Fiscal	11/04/2011	AGO 2012
069.815.428-20	Economista e Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim



**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
Jorge Michel Lepeltier	63	Conselho Fiscal	11/04/2011	AGO 2012
070.190.688-04	Economista e Bacharel em Ciências Contábeis	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/04/2011	Não
Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker	70	Conselho Fiscal	11/04/2011	AGO 2012
002.337.738-00	Administrador e Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

Antonino Ruggiero - 060.170.797-43

Antonino Ruggiero - O Sr. Antonino é Técnico Industrial em Eletrônica, formado pelo Instituto Técnico Industriale Elettronico - Napoli . Em 2006, o Sr. Antonino iniciou suas atividades como Diretor de Tecnologia na Companhia, passando em 2009 a exercer o cargo de Diretor de Wholesale. Desde janeiro de 2010, o Sr. Antonino exerce o cargo de Diretor Presidente da Intelig Telecomunicações Ltda., subsidiária da TIM Participações S.A.

O Sr. Antonino não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da pratica de qualquer atividade profissional ou comercial.

Daniel Junqueira Pinto Hermeto - 004.078.756-70

Daniel Junqueira Pinto Hermeto - O Sr. Daniel é formado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Itajubá. De 2006 a 2008, ocupou o cargo de Diretor de Compras, Planejamento e Logística na Motorola. De fevereiro de 2008 a novembro de 2009, o Sr. Daniel exerceu o cargo de Diretor Executivo de Compras e Logística na Claro Ltda. Atualmente, o Sr. Daniel exerce o cargo de Purchasing & Supply Chain Officer da Companhia.

O Sr. Daniel não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da pratica de qualquer atividade profissional ou comercial.

Mario Girasole - 059.292.237-50

O Sr. Mario é bacharel em Ciências Econômicas pela UNIVERSIDADE LUISS GUIDO CARLI - ROMA. De 2007 a 2009, exerceu o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, passando em 2010 a exercer o cargo de Regulatory Affairs Officer. O Sr. Mario ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração da Entel Bolívia.

O Sr. Mario não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da pratica de qualquer atividade profissional ou comercial.

Lorenzo Federico Zanotti Lindner - 025.275.667-31

Lorenzo Federico Zanotti Lindner - O Sr. Lorenzo é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). De 2002 ao segundo semestre de 2008, exerceu o cargo de Gerente de Orçamento e Controle, de Planejamento Comercial e de Marketing, e a partir de 2009 passou a exercer o cargo de Diretor de Strategy & Business Monitoring na Companhia. No segundo semestre de 2008, o Sr. Lorenzo ocupou o cargo de consultor na Consultoria Bain & Company. Atualmente, o Sr. Lorenzo exerce o cargo de Chief Commercial Officer da Companhia. De abril de 2009 a novembro de 2009, foi membro suplente do Conselho de Administração da Companhia.

O Sr. Lorenzo não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Claudio Zezza - 060.808.147-73

O Sr. Claudio é bacharel em Ciências Econômicas pela Universita ' La Sapienza - Roma. O Sr. Claudio foi responsável pela área de Controle Internacional do Departamento de Administração, Finanças e Controle na Telecom Itália S.p.A. de 2004 a 2008. Atualmente, o Sr. Claudio ocupa o cargo de Chief Financial Officer, e também é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia.

O Sr. Claudio não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Roger Sole Rafols - 057.977.907-69

O Sr. Roger é bacharel em Administração pela Esade - Escuela Superior de Administración x Dirección de Empresas . Atualmente, o Sr. Claudio exerce o cargo de Chief Marketing Officer.

O Sr. Roger não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Rogério Tostes Lima - 698.713.966-00

I – Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos:

TIM Participações S.A.:

- DRI, desde outubro de 2011.
- Diretor – Depto de Relações com Investidores de março de 2011 a outubro de 2011.
- Gerente Executivo, Depto de Relações com Investidores de abril de 2008 a março de 2011.

Banco Santander S.A.:

- Analista Associate (sell-side) de junho de 2006 a abril de 2008.

II – Cargos de administração em companhias abertas:

Não ocupa e nem ocupou qualquer cargo até a presente data.

III - Eventos ocorridos nos últimos 5 anos:

Não ocorreu nenhuma condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar a atividade profissional do referido Conselheiro.

IV – Relacionamento pessoal:

Não foi identificada nenhuma relação conjugal, de união estável ou de parentesco direta ou indireta com administradores da TIM Participações S.A., de seus controladores ou de suas controladas.

V - Relações de subordinação:

Nos 3 últimos exercícios sociais permanece sendo empregado da TIM Participações S.A.

Nenhuma relação de subordinação, prestação de serviços ou controle, de caráter relevante, foi mantida, nos 3 últimos exercícios sociais, com fornecedores, clientes, devedores ou credores da TIM Participações S.A., ou com quaisquer controladas ou controladores destes.

---

Adhemar Gabriel Bahadian - 012.987.207-53

Adhemar Gabriel Bahadian - O Sr. Adhemar é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). O Sr. Adhemar é diplomata aposentado. De 2003 a 2005, ocupou o cargo de Co-Presidente das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O Sr. Adhemar exerceu o cargo de Embaixador do Brasil em Roma nos anos de 2006 a 2009. Atualmente, o Sr. Adhemar é Membro do Conselho de Administração da Companhia.

O Sr. Adhemar não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Carmelo Furci - 054.882.267-02

Carmelo Furci - De agosto de 2008 a fevereiro de 2010, foi membro do Conselho de Administração da Companhia. De agosto de 2008 a fevereiro de 2010, o Sr. Carmelo exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. A partir de 2010, passou a exercer o cargo de Diretor Presidente do Grupo OnGoing. O Sr. Carmelo exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração da Tele Nordeste Celular Participações S.A., ocupou o cargo de membro da Solpart Participações S.A., Brasil Telecom S.A., o cargo de membro do Conselho de Administração da Empresa de Telecomunicaciones de Cuba S.A. (Etecsa), o cargo de membro do Conselho de Administração da Entel Bolívia e exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração da Entel Chile. O Sr. Carmelo é sócio da Furci Consultoria Ltda.

O Sr. Carmelo não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Gabriele Galateri di Genola e Suniglia - 060.775.867-81

Gabriele Galateri di Genola e Suniglia - O Sr. Gabriele é bacharel em Administração, tendo exercido o cargo de Diretor Financeiro e ocupado o cargo de Diretor Presidente da FIAT S.p.A. De abril de 2003 a junho de 2007, ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração do Mediobanca S.p.A. Até abril de 2009, o Sr. Gabriele ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração da Pirelli & C S.p.A. Até abril de 2009, exerceu o cargo de Vice Presidente do Conselho de Administração da RCS Mediagroup S.p.A. Até 24 de abril de 2010, o Sr. Gabriele exerceu o cargo de Vice Presidente do Conselho de Administração da Assicurazioni Generali S.p.A. Desde 3 de dezembro de 2007 a 2011 foi Presidente do Conselho de Administração da Telecom Itália S.p.A. Desde agosto de 2008, o Sr. Gabriele, é membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Gabriele também exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração da Italmobiliare S.p.A., ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração da Banca Carige S.p.A. e da Accor S.A.

O Sr. Gabriele não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Maílson Ferreira da Nóbrega - 043.025.837-20

Maílson Ferreira da Nóbrega – O Sr. Maílson é bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB). O Sr. Maílson é sócio da Tendências Consultoria Integrada. Ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração da Abyara Planejamento Imobiliário S.A., da CSU Cardsystem S.A., da Portobello S.A. e da Rodobens Negócios Imobiliários S.A. Atualmente, o Sr. Maílson é membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de remuneração e de Governança Corporativa da Companhia.

O Sr. Maílson não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Manoel Horacio Francisco da Silva - 066.526.978-15

Manoel Horácio Francisco da Silva – O Sr. Manoel é bacharel em Administração pela PUC-SP. Ocupou o cargo de Diretor Superintendente da Companhia Siderúrgica Nacional, de Diretor Presidente da Telemar e de membro do Conselho de Administração da Sadia S.A. Atualmente, o Sr. Manoel exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Remuneração, do Comitê de Controle Interno e de Governança Corporativa da Companhia. Desde 2002, ocupa o cargo de Diretor Presidente do Banco Fator S.A.

O Sr. Manoel não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Andrea Mangoni - 061.139.837-06

Andrea Mangoni – A Sra. Andrea é bacharel em Administração pela Università de Roma. De novembro de 2008 a março de 2009, exerceu o cargo de Diretora Presidente da Acea S.p.A. Em meados setembro de 2009, exerceu o cargo de Diretora de Negócios Internacionais da Telecom Itália S.p.A. e, em seguida, passou a ocupar o cargo de Diretora de Administração, Finanças e Controle.

A Sra. Andrea não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Stefano de Angelis - 059.567.317-10

Stefano de Angelis – O Sr. Stefano é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade La Sapienza - Roma. Foi responsável pelo Departamento de Planejamento e Controle da Telecom Itália S.p.A. Em 2006, o Sr. Stefano ocupou o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na Companhia. Atualmente, o Sr. Stefano é membro do Conselho de Administração da Companhia.

O Sr. Stefano não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Oscar Cicchetti - 060.928.917-94

Oscar Cicchetti – O Sr. Oscar formou-se em Engenharia. De 2003 a 2006 ocupou o cargo de Diretor Presidente da Netscalibur S.p.A. De 2007 a 2008, o Sr. Oscar exerceu o cargo de Diretor Presidente da INFRACom Aplicação S.p.A. De janeiro de 2008 a junho de 2008, ocupou o cargo de Diretor de Estratégias e Negócios na Telecom Itália S.p.A. De junho de 2008 a novembro de 2009, exerceu o cargo de Diretor de Operações do Mercado Interno, e desde abril de 2011, o Sr. Oscar exerce o cargo de Diretor de Estratégia na Telecom Itália S.p.A. O Sr. Oscar ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração da Olivetti S.p.A. e da Tema Mobility e Shared Service Center S.r.l. Atualmente, o Sr. Oscar é membro do Conselho de Administração da Companhia.

O Sr. Oscar não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Luca Luciani - 059.837.507-47

Luca Luciani – O Sr. Luca é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Luiss de Roma. Em meados de janeiro de 2007, foi responsável pela Diretoria de Serviços Domésticos Móveis na Telecom Itália S.p.A. De 2002 a 2003, exerceu o cargo de Diretor Financeira da Telecom Itália Mobile S.p.A. Atualmente, o Sr. Luca é membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.

O Sr. Luca não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Após uma investigação interna realizada por iniciativa de Telecom Italia e conduzida por uma firma de assessoria independente, acerca de, entre outros assuntos, cartões pré-pagos SIM com registros incorretos de uso, a Promotoria Pública de Milão, Itália, apreendeu o relatório da referida investigação e emitiu, em fevereiro de 2011, uma ordem de busca nos escritórios de Telecom Italia, sob a alegação de potencial fraude. Em março de 2011, Telecom Italia tomou conhecimento, por fontes indiretas, que nosso Diretor Presidente, em seu cargo anterior de chefe do departamento de serviço móvel doméstico na Telecom Italia, estaria atualmente sob investigação. A situação de nosso Diretor Presidente foi discutida em uma reunião do Conselho de Administração da Telecom Italia, realizada em 31 de março de 2011, que levou em consideração (i) o estágio preliminar do procedimento em face de nosso Diretor Presidente, (ii) a necessidade de aguardar por um posicionamento oficial completo a respeito do resultado da investigação, antes de tomar uma posição a respeito de quaisquer acusações (atualmente a investigação conduzida pela Promotoria Pública de Milão corre sob sigilo estrito) e (iii) uma vez que não havia risco de reincidência de eventos similares, não haveria necessidade de tomar medidas urgentes. Em vista de todos estes fatores, o Conselho de Administração da Telecom Italia decidiu não tomar medidas contra nosso Diretor Presidente. Em nosso conhecimento, não houve qualquer desenvolvimento posterior a respeito desta investigação. Não podemos assegurar que medidas legais não serão iniciadas contra nosso Diretor Presidente pelas autoridades italianas e qual impacto tais medidas terão sobre nós ou a cotação de nossas ações.

---

Carlos Alberto Caser - 620.985.947-04

Carlos Alberto Caser – O Sr. Carlos é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília - UNB. De 2002 a 2006, exerceu o cargo de Diretor de Controladoria da Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF). Desde 01 de outubro de 2002, o Sr. Carlos passou a exercer o cargo de Diretor Executivo da Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF). Em 2008, ocupou o cargo de membro do Conselho Fiscal na Brasil Telecom S.A. Em 2003 e 2004, ocupou o cargo de membro do Conselho Fiscal da Blue Tree Hotels. Em 2005, ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração da Blue Tree Hotels. Atualmente, o Sr. Carlos é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

O Sr. Carlos não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Oswaldo Orsolin - 034.987.868-49

Oswaldo Orsolin – O Sr. Oswaldo é bacharel em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Até 2005, ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração da Holding Panamco Beverages. Em 2008, o Sr. Oswaldo ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria do Magazine Luiza. Desde 2008, ocupa o cargo de membro do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia. No Grupo Simões, o Sr. Oswaldo ocupa o cargo de Membro do Comitê de Auditoria, e de Membro do Conselho de Administração da Coca Cola da Amazônia. Atualmente, ocupa o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia.

O Sr. Oswaldo não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Samuel de Paula Matos - 069.815.428-20

Samuel de Paula Matos – O Sr. Samuel é bacharel em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. De maio de 2007 a dezembro de 2009, exerceu o cargo de Presidente do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Votorantim Celulose e Papel S.A. (VCP). Em janeiro de 2010, ocupou o cargo de Coordenador (Chairman) do Comitê de Auditoria da Fibria Celulose S.A. Atualmente, o Sr. Samuel é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

O Sr. Samuel não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Jorge Michel Lepeltier - 070.190.688-04

Jorge Michel Lepeltier – O Sr. Jorge é bacharel em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Desde 1993, atua como consultor autônomo nas empresas de consultoria denominadas Solução Governança Corporativa Ltda. e na Jorge Lepeltier Consultores Associados. De abril de 2000 a abril de 2011, exerceu o cargo de membro do Conselho Fiscal na Drogasil S.A. Desde 2005, é membro do Conselho Fiscal da São Paulo Alpargatas S.A. Desde 2009, o Sr. Jorge é membro do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Desde 2009, ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Triunfo Participações S.A. E atualmente, o Sr. Jorge é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

O Sr. Jorge não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker - 002.337.738-00

Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker – O Sr. Alberto é bacharel em Direito e Administração. De 1961 a 1972, exerceu o cargo de Diretor do Banco Comercial do Estado de São Paulo S.A. De 1979 a 1991, o Sr. Alberto ocupou o cargo de Diretor do Banco Bozano Simonsen S.A. De 1991 a 2005, exerceu o cargo de Diretor Superintendente da Sibelco Mineração. O Sr. Alberto ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração do Conselho Regional de Administração de São Paulo, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o cargo de membro Suplente do Conselho Fiscal da Fund Tupy. O Sr. Alberto também ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração e foi membro suplente do Conselho Fiscal da Odontoprev. Foi membro do Conselho Fiscal da Lojas Marisa e exerceu o cargo de como Presidente do Conselho de Administração da Mineração Jundú. Atualmente, o Sr. Alberto é membro do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia.

O Sr. Alberto não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação da prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>					
Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker 002.337.738-00	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Administrador e Advogado 70	11/04/2011 29/04/2011	AGO 2012
Carlos Alberto Caser 620.985.947-04	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado 50	11/04/2011 29/04/2011	AGO 2012
Evaldo de Rezende Filho 244.729.051-91	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Suplente)	Engenheiro Eletrônico 50	11/04/2011 29/04/2011	AGO 2012
João Verner Juenemann 000.952.490-87	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Suplente)	Contador e administrador 71	11/04/2011 29/04/2011	AGO 2012
Jorge Michel Lepeltier 070.190.688-04	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista e Contador 63	11/04/2011 29/04/2011	AGO 2012
Josino de Almeida Fonseca 005.832.607-30	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Suplente)	Engenheiro Civil 71	11/04/2011 29/04/2011	AGO 2012
Massao Fábio Oya 297.396.878-06	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Suplente)	Contador 29	11/04/2011 29/04/2011	AGO 2012
Oswaldo Orsolin 034.987.868-49	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista e Contador 68	11/04/2011 29/04/2011	AGO 2012

**12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Roosevelt Alves Fernandes Leadebal 016.083.804-59	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Suplente)	Economista 69	11/04/2011 29/04/2011	AGO 2012
Samuel de Paula Matos 069.815.428-20	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista e Contador 63	11/04/2011 29/04/2011	AGO 2012
Gabriele Galateri di Genola e Suniglia 060.775.867-81	Comitê de Remuneração	Presidente do Comitê Membro do Conselho de Administração da TIM Participações S.A.	Bacharel em Administração 64	23/02/2010 23/02/2010	Indeterminado
Manoel Horácio Francisco da Silva 066.526.978-15	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo) Presidente do Conselho de Administração da TIM Participações S.A.	Bacharel em Administração 66	27/11/2009 27/11/2009	Indeterminado
Oscar Cicchetti 060.928.917-94	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo) Membro do Conselho de Administração da TIM Participações S.A.	Engenheiro 60	02/08/2011 02/08/2011	Indeterminado
Andrea Mangoni 061.139.837-06	Outros Comitês Comitê de Controle Interno e de Governança Corporativa	Membro do Comitê (Efetivo) Membro do Conselho de Administração da TIM Participações S.A.	Bacharel em Administração 48	13/12/2010 13/12/2010	Indeterminado
Maílson Ferreira da Nóbrega 043.025.837-20	Outros Comitês Comitê de Controle Interno e da Governança Corporativa	Presidente do Comitê Membro do Conselho de Administração da TIM Participações S.A.	Bacharel em Ciências Econômicas 68	05/05/2009 05/05/2009	Indeterminado



**12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>					
Membro efetivo do Conselho de Administração					
Manoel Horácio Francisco da Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Bacharel em Administração	16/04/2009	Indeterminado
066.526.978-15	Comitê de Controle Interno e de Governança Corporativa	Presidente do Conselho de Administração da TIM Participações S.A.	66	05/05/2009	

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2010**Administrador do Emissor

Luca Luciani	059.837.507-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Telecom Italia S.p.A.  
Diretor Presidente da TIM Participações

Observação

Desde agosto de 1999, o Sr. Luciani é empregado da Telecom Italia S.p.A., a controladora indireta da TIM Participações S.A.

Administrador do Emissor

Andrea Mangoni	061.139.837-06	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Telecom Italia S.p.A.

Observação

Desde setembro de 2009, o Sr. Mangoni é empregado da Telecom Italia S.p.A., a controladora indireta da TIM Participações S.A.

Administrador do Emissor

Stefano de Angelis	059.567.317-10	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Telecom Italia S.p.A.

Observação

O Sr. Stefano de Angelis é empregado da Telecom Italia S.p.A., a controladora indireta da TIM Participações S.A.

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Carmelo Furci Membro do Conselho do Administração	054.882.267-02	Subordinação	Controlador Indireto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Telecom Italia S.p.A.			
<b><u>Observação</u></b>			
De 1998 a fevereiro de 2010, o Sr. Furci foi empregado da Telecom Italia S.p.A., a controladora indireta da TIM Participações S.A.			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Claudio Zezza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	060.808.147-73	Subordinação	Controlador Indireto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Telecom Italia S.p.A.			
<b><u>Observação</u></b>			
Desde 1990, o Sr. Zezza é empregado da Telecom Italia S.p.A., a controladora indireta da TIM Participações S.A.			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Oscar Cicchetti Membro do Conselho de Administração	060.928.917-94	Subordinação	Controlador Indireto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Telecom Italia S.p.A.			
<b><u>Observação</u></b>			
Nos últimos 3 exercícios sociais permanece sendo empregado da Telecom Italia S.p.A, a controladora indireta da TIM Participações S.A.			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Gabriele Galateri	060.775.867-81	Subordinação	Controlador Indireto

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Membro do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

Telecom Italia S.p.A.

**Observação**

Nos últimos 3 exercícios sociais permanece sendo empregado da Telecom Italia S.p.A, a controladora indireta da TIM Participações S.A.

**Administrador do Emissor**

Antonino Ruggiero

Subordinação

Controlador Indireto

Diretor Estatutário

**Pessoa Relacionada**

Telecom Italia S.p.A.

**Observação**

Nos últimos 3 exercícios sociais permanece sendo empregado da Telecom Italia S.p.A, a controladora indireta da TIM Participações S.A.

**Administrador do Emissor**

Mario Girasole

Subordinação

Controlador Indireto

Diretor Estatutário

**Pessoa Relacionada**

Telecom Italia S.p.A.

**Observação**

Nos últimos 3 exercícios sociais permanece sendo empregado da Telecom Italia S.p.A, a controladora indireta da TIM Participações S.A.



## ITEM 13:

### REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009 E 481/2009

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

#### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

A Política de Remuneração da Companhia é **destinada à valorização individual de cada recurso, com especial atenção para as funções que exerçam papéis relevantes ao negócio da Companhia. Essa contribuição é avaliada por meio de uma análise objetiva das posições e subjetiva dos potenciais e altos desempenhos.**

A avaliação organizacional das posições é feita através de um sistema interno que classifica os cargos em “faixas” baseado na metodologia Hay (sistema com o qual se avaliam as principais posições da organização) para:

- ✓ Facilitar a comparação com o mercado externo
- ✓ Apoio à gestão e desenvolvimento de recursos

Em comparações com o mercado externo, utilizamos *benchmark* de mercado: pesquisas de remuneração utilizando informações do mercado geral no Brasil, sendo conduzidas por grandes consultorias especializadas.

Buscando estar sempre em alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo, e tendo por base os resultados financeiros como parâmetro para definição de limites da remuneração variável, mantém-se assegurada a equidade entre resultados e bonificação dos executivos da Companhia.

Ademais, foi aprovado na Assembleia Geral datada de 5 de Agosto de 2011, o Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano de Incentivo de Longo Prazo”) da Companhia, que visa, por meio de outorga de opções de compra ou subscrição de ações de emissão da Companhia: (i) alinhar os interesses da alta administração aos interesses dos acionistas; (ii) implementar um sistema de incentivo integrado, de forma a equilibrar o horizonte temporal e a natureza dos objetivos; e, (iii) aumentar a competitividade do pacote de remuneração da alta administração.

Os administradores – membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, Diretores - são remunerados pela própria Companhia a que estão vinculados.

Na estrutura organizacional e na forma do Regimento Interno do Conselho de Administração, há um comitê específico para tratar da questão de remuneração da Alta Administração da Companhia que é o Comitê de Remuneração, o qual é composto por 3 membros efetivos do Conselho de Administração, sendo que 2 deles independentes. Tal Comitê possui caráter permanente e, como principais competências, as seguintes:

- a) elaborar para o Conselho de Administração a proposta de rateio do montante global anual da remuneração fixado pela Assembleia Geral entre os Conselheiros da Companhia;
- b) submeter proposta ao Conselho para a remuneração dos Diretores de forma que garanta o seu alinhamento com o objetivo de criar valor aos acionistas da Companhia ao longo do tempo;
- c) avaliar periodicamente o critério de remuneração dos Diretores e dos altos executivos da Companhia e, ouvido o Diretor Presidente, formular recomendações ao Conselho;
- d) monitorar a aplicação das decisões tomadas pelos órgãos competentes e as políticas da Companhia relativas à remuneração dos altos executivos.



Ainda na forma do Regimento Interno, o Comitê deve reportar ao Conselho de Administração a sua atividade de monitoramento e avaliação e também apresentar as propostas do item (b) acima, na reunião de Conselho que anteceder a Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Além dos poderes acima previstos, tal Comitê de Remuneração poderá ainda auxiliar o Conselho de Administração em relação às funções determinadas no Plano de Incentivo de Longo Prazo.

#### Conselho de Administração:

A prática de remuneração contempla somente o pagamento de honorários fixos mensais.

#### Conselho Fiscal:

A prática de remuneração contempla somente o pagamento de honorários fixos mensais.

#### Diretoria Estatutária:

A prática de remuneração contempla o pagamento de honorários fixos mensais, benefícios diretos e indiretos, além de remuneração variável por intermédio de programa de participação de resultados.

#### Diretoria Não Estatutária:

A prática de remuneração contempla o pagamento de salário, benefícios diretos e indiretos, além de remuneração variável por intermédio de programa de participação de resultados.

Não obstante a prática de remuneração acima descrita, relativa a cada um dos órgãos da administração da Companhia, o Plano de Incentivo de Longo Prazo estabeleceu termos e condições gerais para a emissão de opções referentes à compra de ações pelos membros da alta gestão da Companhia, a fim de complementar e reajustar tais remunerações. No entanto, devido à recente criação do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em 5 de agosto de 2011 foi celebrado o Termo de Opção.

### **b. composição da remuneração, indicando:**

#### **i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A Remuneração da Diretoria é composta por 3 elementos, com graus de relevância diversos, em razão dos impactos que podem gerar nos resultados da Companhia, como segue:

##### 1) Remuneração Fixa:

Tem como objetivo valorizar o papel estratégico (tamanho da posição) e também as características subjetivas (potencial estratégico), se baseando no mercado externo.

##### 2) Remuneração Variável:

Tem como objetivo recompensar os executivos por resultados esperados e atingidos. A remuneração variável, por seu turno, é subdividida em dois grupos, sendo eles:

###### 2.1) MBO

O MBO – *Management By Objectives* – é o programa de remuneração variável de curto prazo, vinculado a indicadores estratégicos para o *business* da Companhia, e é a ferramenta utilizada contendo metas e objetivos, tanto organizacionais quanto funcionais, que resulta na premiação e valorização dos resultados anuais alcançados.

- **Objetivo Corporativo:** objetivos relacionados aos indicadores econômicos e financeiros da Companhia.
- **Objetivo de Negócios:** objetivos relacionados ao *business* da Companhia, que possuem alta relevância estratégica e, em geral, são inerentes às funções.



- **Objetivo Funcional:** objetivo específico relacionado com as metas e responsabilidades de cada área.

### 2.2) Bônus (*una tantum*)

Valorização do desempenho individual, que justifique o reconhecimento da empresa especialmente em frente de iniciativas táticas.

A estrutura da remuneração, conforme apresentado neste item, visa acompanhar as práticas de mercado principalmente do mercado específico de telecomunicações, sendo atualizada anualmente em linha com as movimentações do mercado e o planejamento estratégico da Companhia.

### 3) Benefícios diretos e indiretos:

Tem como objetivo aumentar o valor percebido pelos executivos, visando atraí-los e retê-los na companhia.

#### **Plano de Incentivo de Longo Prazo:**

A Companhia aprovou recentemente um plano de remuneração baseado em ações para altos administradores e aqueles funcionários que ocupam posições chave na Companhia. Tal plano criou um mecanismo de incentivo de longo prazo, que visa: (i) alinhar os interesses da alta administração aos interesses dos acionistas; (ii) implementar um sistema de incentivo integrado, de forma a equilibrar o horizonte temporal e a natureza dos objetivos; e (iii) aumentar a competitividade do pacote de remuneração da alta administração.

Ainda, cumpre informar que a Companhia possui Política de Divulgação e Negociação de Valores Mobiliários, na forma da Instrução CVM nº 358/02, a qual é dada conhecimento a cada novo membro eleito na alta Administração da Companhia mediante assinatura de Termo de Adesão que fica arquivado na sede da Companhia.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo estabelece termos e condições gerais para a emissão de opções referentes à compra de ações da Companhia, pelos altos administradores e aqueles funcionários que ocupam posições chave da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração com base na proposta do Presidente e do diretor de RH.

#### **ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Exercício 2011 Realizado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária
Quantidade de membros efetivos	7,58	5	7,33	0
% Remuneração Fixa	100%	100%	47,2%	N/A
% Remuneração Variável	N/A	N/A	38,7%	N/A
% Remuneração em Opções de Compra	-	-	14,1%	-

\*Não há Diretoria Não Estatutária na TIM Participações.

#### **iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Conforme introdução, a avaliação organizacional das posições e valores remunerados, é feita através de um sistema interno que classifica os cargos em “faixas” baseado na metodologia Hay (sistema com o qual se avaliam as principais posições da organização).

Através desta metodologia facilitamos a comparação do posicionamento TIM com o mercado externo, além de apoiar a gestão e desenvolvimento dos recursos humanos.

Em comparações com o mercado externo, utilizamos pesquisas de remuneração utilizando informações do mercado geral no Brasil, sendo conduzidas por grandes consultorias especializadas e de acordo com o resultado realizamos os ajustes para alinhamento com o mercado e estratégia da Companhia.

A Remuneração da Diretoria é composta pelos elementos a seguir, com graus de relevância diversos, em razão dos impactos que podem gerar nos resultados da Companhia, como segue:

#### 1) Remuneração Fixa

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.



A remuneração fixa é constituída pelo pagamento de 12 parcelas por ano, acrescido do 13º salário para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária que sejam regidos pela CLT. A metodologia de cálculo e reajuste de cada um dos elementos da remuneração fixa deve ser compatível com a importância da função dentro da estrutura organizacional, tomando como base ainda os parâmetros de mercado conforme acima mencionado.

## 2) Remuneração Variável

### 2.1) MBO

O percentual considera o atingimento das metas em 100%.

Os principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação dos elementos de remuneração são indicadores financeiros, econômicos e funcionais, estes são reavaliados e validados anualmente.

A remuneração variável da Diretoria está diretamente ligada à evolução dos indicadores de desempenho de interesse dos emissores. Com isso alinhamos e vinculamos os interesses dos diretores a bons resultados da Companhia.

### 2.2) Bônus (*una tantum*)

Valorização do desempenho individual, que justifique o reconhecimento da empresa especialmente em frente de iniciativas táticas.

A estrutura da remuneração, conforme apresentado neste item, visa acompanhar as práticas de mercado principalmente do mercado específico de telecomunicações, sendo atualizada anualmente em linha com as movimentações do mercado e o planejamento estratégico da Companhia.

A aplicação desse instrumento está vinculada a um múltiplo salarial determinado em política de remuneração, aonde atualmente concedemos um valor máximo de até 2 salários.

## 3) Benefícios diretos e indiretos:

### 3.1) Previdência Privada

A Companhia possui um plano de Previdência Privada junto a instituição financeira de 1ª linha, Banco Itaú, que garante para a Alta Administração da Companhia as mesmas condições que para os demais participantes. Até R\$2.620,00 reais a empresa contribui com 1% e caso a pessoa receba um valor maior, a contribuição é de 6,6% do valor da diferença salarial. Para tal contribuição o colaborador precisa contribuir, no mínimo, com o mesmo valor.

Quanto a possibilidade de resgate antecipado, esta pode se dar nas seguintes hipóteses:

Em casos de invalidez ou falecimento, o beneficiário ou seus dependentes receberão a vista 100% do fundo acumulado.

A qualquer momento o participante pode resgatar a sua parte da contribuição, sendo penalizado com a retirada pela empresa da parte de contribuição da mesma em igual proporção.

Cabe ressaltar que o Plano de Previdência Privada da Companhia não atinge os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal.

### 3.2) Pacote de Benefícios

A Companhia possui um amplo pacote de benefícios para a Alta Administração, onde a TIM oferece: cartão corporativo de viagens, aparelhos funcionais, benefícios bancários, convênios, licença maternidade, plano de saúde, auxílio farmácia, plano odontológico, previdência complementar, seguro de automóveis, seguro de vida e visa vale.

## Participação em Comitês Especializados:

Conforme apresentado acima, a Companhia possui Comitês Especializados, que se reportam ao Conselho de Administração e cuja composição é na sua totalidade membros efetivos do próprio Conselho, na forma do seu Regimento Interno, quais sejam, Comitê de Remuneração e Comitê de TIM PARTICIPAÇÕES S.A.





Controle Interno e da Governança Corporativa. Nenhum membro do Conselho de Administração é remunerado adicionalmente por participação em Comitês.

Quanto ao Conselho Fiscal, nenhuma remuneração adicional é percebida pelo fato de suas atribuições na qualidade de Comitê de Auditoria.

#### **iv. razões que justificam a composição da remuneração**

Alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo, e tendo por base os resultados financeiros como parâmetro para definição de limites da remuneração variável e do plano de ações, mantém-se assegurada a equidade entre resultados x bonificação dos executivos da Companhia.

#### **c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Remuneração fixa – As práticas de mercado e localidade são os fatores considerados na determinação do valor.

Remuneração Variável:

**MBO** - Os principais indicadores econômico/financeiro corporativos da Companhia são associados a esse instrumento de remuneração: EBITDA, Receita Líquida de Serviços, Posição Financeira Líquida, Base de Clientes da Companhia. Através desse instrumento, buscamos alcançar/superar as metas e objetivos da organização.

**Bônus (*una tantum*)** - Valorização do desempenho individual, que justifique o reconhecimento da empresa. A aplicação desse instrumento não está vinculada a objetivos quantitativos e pré-definidos. Uma das premissas é, por exemplo, que o colaborador tenha boa avaliação no programa de Gestão de Desempenho da companhia.

Long Term Incentive:

As mensurações são feitas com base em períodos de performance cumulativos e no caso de não atingimento dos objetivos em um determinado ano, as opções poderão ser exercidas em períodos posteriores, caso sejam atendidas as condições mínimas acumuladas.

#### **d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Através do instrumento de remuneração variável e do *Plano de Incentivo de Longo Prazo*, onde atrelamos objetivos econômicos da Companhia às metas previstas na organização.

#### **e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Buscando estar sempre em alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo, e para isso, atrelamos nossos programas aos indicadores econômicos/financeiros aonde premiamos em função dos resultados atingidos.

Ademais, a fim de implementar um sistema de incentivo onde houvesse além do equilíbrio de curto, médio e longo prazo, o alinhamento dos interesses do management da Companhia com os interesses dos acionistas, a Companhia desenvolveu e aprovou em Assembleia Geral o *Plano de Incentivo de Longo Prazo*.

#### **f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Os diretores da Companhia (inclusive os expatriados) em decorrência das atividades desempenhadas para a Companhia e suas Controladas, têm sua remuneração suportada integralmente por sua Controlada TIM Celular S.A. Para os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, quando remunerados, essa remuneração é suportada integralmente pela Companhia.



Ao longo do ano de 2010 ocorreram mudanças na composição da Diretoria Estatutária. Contudo, estas mudanças ocorreram em conformidade com o artigo 31 do Estatuto Social que prevê no mínimo 2 (dois) e no máximo 9 (nove) membros. Importante observar que tais mudanças não impactaram no custo da Companhia.

Diretoria Estatutária	Orçado 2011	Realizado 2011
<b>Número de membros</b>	8	7,33
<i>Valores em Reais</i>		
<b>Remuneração Total Anual</b>	<b>10.800.000</b>	<b>10.456.363</b>

Exercício 2011 Realizado	Diretoria Estatutária
<b>Número de membros</b>	7,33
<i>Valores em Reais</i>	
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	<b>4.932.318</b>
Salário ou pró-labore	4.345.913
Benefícios Diretos e Indiretos	586.406
Participação em Comitês	
Outros	
<b>Remuneração Variável</b>	<b>4.048.033</b>
Bônus	4.048.033
Participação nos Resultados	
Participação em Reuniões	
Comissões	
Outros	
<b>Benefícios pós-emprego</b>	
<b>Benefícios pela cessação do exercício do cargo</b>	
<b>Remuneração baseada em Ações</b>	<b>1.476.011</b>

Exercício 2012 Orçado	Diretoria Estatutária
<b>Número de membros</b>	9
<i>Valores em Reais</i>	
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	<b>6.230.000</b>
Salário ou pró-labore	5.725.000
Benefícios Diretos e Indiretos	505.000
Participação em Comitês	
Outros	
<b>Remuneração Variável</b>	<b>5.050.000</b>
Bônus	5.050.000
Participação nos Resultados	
Participação em Reuniões	
Comissões	
Outros	
<b>Benefícios pós-emprego</b>	
<b>Benefícios pela cessação do exercício do cargo</b>	
<b>Remuneração baseada em Ações</b>	<b>5.250.000</b>

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

A Companhia não estipula remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.



**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :**

- a. Órgão**
- b. número de membros**
- c. remuneração segregada em:**
  - i. remuneração fixa anual, segregada em:**
    - **salário ou pró-labore**
    - **benefícios diretos e indiretos**
    - **remuneração por participação em comitês**
    - **outros**
  - ii. remuneração variável, segregada em:**
    - **bônus**
    - **participação nos resultados**
    - **remuneração por participação em reuniões**
    - **comissões**
    - **outros**
  - iii. benefícios pós-emprego**
  - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**
  - v. remuneração baseada em ações**
- d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**
- e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**



**Remuneração total Prevista para o Exercício de 2012 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	9,00	5,00	23,00
<b>Remunerações fixa anual</b>				
Salário pró-labore	1.512.000,00	5.725.000,00	750.000,00	7.987.000,00
Benefícios direto e indireto	-	505.000,00	-	505.000,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	5.050.000,00	-	5.050.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em ações</b>	-	5.250.000,00	-	5.250.000,00
<b>Observação</b>	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social.	Os diretores da Companhia (inclusive os expatriados) em decorrência das atividades desempenhadas para a Companhia e suas Controladas, têm sua remuneração suportada integralmente por sua Controlada TIM Celular SA.	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social.	
Total da remuneração	1.512.000,00	16.530.000,00	750.000,00	18.792.000,00



**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,58	7,33	5,00	22,00
<b>Remunerações fixa anual</b>				
Salário pró-labore	770.000,00	4.345.913,00	750.000,00	5.865.913,00
Benefícios direto e indireto	-	586.406,00	-	586.406,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	4.048.033,00	-	4.048.033,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em ações</b>	-	1.476.011,00	-	1.476.011,00
<b>Observação</b>	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social.	Os diretores da Companhia (inclusive os expatriados) em decorrência das atividades desempenhadas para a Companhia e suas Controladas, têm sua remuneração suportada integralmente por sua Controlada TIM Celular SA.	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social.	
Total da remuneração	770.000,00	10.456.363,00	750.000,00	11.976.363,00



**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	5,25	5,00	19,25
<b>Remunerações fixa anual</b>				
Salário pró-labore	553.867,00	2.476.240,00	783.667,00	3.813.774,00
Benefícios direto e indireto	-	176.070,00	-	176.070,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	996.780,00	-	996.780,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em ações</b>	-	-	-	-
<b>Observação</b>	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social.  Cinco conselheiros administrativos não são remunerados.	Os diretores da Companhia (inclusive os expatriados) em decorrência das atividades desempenhadas para a Companhia e suas Controladas, têm sua remuneração suportada integralmente por sua Controlada TIM Celular SA.	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social.	
Total da remuneração	553.867,00	3.649.090,00	783.667,00	4.986.624,00



**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	4,58	5,00	12,58
<b>Remunerações fixa anual</b>				
Salário pró-labore	468.000,00	3.440.167,50	690.000,00	4.598.167,50
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	1.474.357,50	-	1.474.357,50
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em ações</b>	-	-	-	-
<b>Observação</b>	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social.  Cinco conselheiros administrativos não são remunerados.	Os diretores da Companhia (inclusive os expatriados) em decorrência das atividades desempenhadas para a Companhia e suas Controladas, têm sua remuneração suportada integralmente por sua Controlada TIM Celular SA.	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social.	
Total da remuneração	468.000,00	4.914.525,00	690.000,00	6.072.525,00



**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Exercício 2010 Realizado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
<b>Número de membros</b>	9	5	5,25	19,25
<i>Valores em Reais</i>				
<b>MBO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Valor Mínimo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Alvo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Máximo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
<b>Bônus (una tantum)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Valor Mínimo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Alvo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Máximo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0

Exercício 2011 Realizado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
<b>Número de membros</b>	7,58	5	7,33	19,91
<i>Valores em Reais</i>				
<b>MBO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Valor Mínimo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Alvo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Máximo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
<b>Bônus (una tantum)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Valor Mínimo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Alvo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Máximo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0

Exercício 2012 Orçado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
<b>Número de membros</b>	9	5	9	23
<i>Valores em Reais</i>				
<b>MBO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Valor Mínimo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Alvo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Máximo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
<b>Bônus (una tantum)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Valor Mínimo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Alvo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor Máximo previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	0

Os valores referentes a programas de MBO e Bônus (una tantum) da Diretoria Estatutária estão diretamente relacionados às empresas controladas das quais seus membros fazem parte.





**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

**a. Termos e condições gerais**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 5 de agosto de 2011, aprovamos o Plano de Incentivo de Longo Prazo, que consiste em um plano de opção de compra de ações (“Plano”). No âmbito do Plano, diretores e colaboradores da Companhia e de suas controladas (“Beneficiários”) são elegíveis a receber opção de compra ou subscrição de ações de nossa emissão mediante celebração de contrato de opção de compra e/ou subscrição de ações (“Contrato de Opção”), que deverá especificar: (a) a quantidade de ações objeto da outorga da opção; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o termo final para exercício da opção, observado o limite de 6 anos contados da data de sua outorga; e (d) os critérios de definição do preço de exercício e as condições de pagamento.

O plano é administrado pelo nosso Conselho de Administração, que poderá delegar as atribuições que especificar ao nosso Comitê de Remuneração, observados os termos do Plano e os limites previstos em lei e no nosso Estatuto Social. Nesses termos, é facultado ao Conselho de Administração:

- (i) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano, interpretação, detalhamento e aplicação das normas gerais nele estabelecidas;
- (ii) modificar os termos e condições das opções outorgadas com o objetivo de adaptá-las a eventuais exigências que vierem a ser necessárias em virtude de qualquer alteração legal ou regulamentar aplicável ao Plano ou ao Contrato de Opção;
- (iii) analisar casos excepcionais decorrentes de ou relacionados ao Plano; e
- (iv) selecionar os Beneficiários, a seu exclusivo critério, na forma do Plano.

É vedado ao Conselho de Administração, excetuados os ajustes expressamente permitidos pelo Plano: (i) aumentar o limite total das Ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas; (ii) mudar as disposições relativas à elegibilidade de Beneficiários; ou (iii) sem o consentimento do titular, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações decorrentes de Contratos de Opção firmados com quaisquer Beneficiários.

Com o propósito de satisfazer o exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado, ou (ii) vender ao Beneficiário ações mantidas em tesouraria.

A outorga de opções aos Beneficiários deverá ser realizada no curso do prazo de até 3 anos contados da data de aprovação do Plano, cabendo ao Conselho de Administração definir a época e a periodicidade das outorgas.

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas pelos Beneficiários com observância dos prazos mínimos de carência estabelecidos abaixo:

- (a) até 33% das ações objeto da opção podem ser adquiridas ou subscritas a partir de 1 ano da data de assinatura do Contrato de Opção;
- (b) até 66% das ações objeto da opção podem ser adquiridas ou subscritas a partir de 2 anos da data de assinatura do Contrato de Opção; e
- (c) a totalidade das ações objeto da opção podem ser adquiridas ou subscritas a partir de 3 anos da data de assinatura do Contrato de Opção.

Nenhum Beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que as opções sejam devidamente exercidas e as ações objeto das opções sejam subscritas ou adquiridas e integralizadas ou liquidadas.

Os tributos e encargos relacionados ao benefício financeiro decorrente do exercício das opções serão de exclusiva responsabilidade dos respectivos Beneficiários.

A outorga de opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de participar de operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão ou cisão, cabendo ao



Conselho de Administração deliberar quanto aos efeitos da reorganização societária para as opções outorgadas até a data do evento.

Na hipótese de alteração da quantidade de ações de emissão da Companhia, em função de aumento ou redução de capital, agrupamento, desdobramento, bonificação, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia em ações, as opções e o preço de exercício deverão ser igualmente ajustados pelo Conselho de Administração, de forma a evitar quaisquer distorções e prejuízos à Companhia, a seus acionistas e aos Beneficiários.

#### ***b. Principais objetivos do plano***

O Plano tem por objetivo, principalmente: (i) alinhar os interesses dos nossos administradores aos interesses dos acionistas (performance e criação de valor) e reforçar o comprometimento de longo prazo; (ii) compor um sistema de incentivo integrado, de forma a equilibrar o horizonte temporal (curto vs. longo prazo) e a natureza dos objetivos (industrial versus acionário); (iii) aumentar a competitividade do pacote de remuneração dos nossos executivos; e (iv) ser um importante instrumento de retenção.

#### ***c. Forma como o plano contribui para esses objetivos***

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a se integrar aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. A outorga de opções de compra e/ou subscrição de ações ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do plano de opções. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

#### ***d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor***

O Plano se insere em nossa política de remuneração, que busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, compensar adequadamente a competência e responsabilidade dos nossos executivos que tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

As opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

#### ***e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo***

As outorgas realizadas com base no Plano trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A possibilidade do nosso Conselho de Administração determinar a oportunidade em que os Contratos de Opção poderão ser liquidados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

#### ***f. Número máximo de ações abrangidas***

As opções outorgadas nos termos do Plano, incluindo as já exercidas ou não, e descontadas as canceladas nos termos do Plano, poderão conferir direitos sobre uma quantidade de ações que não exceda 2% do total de ações de emissão da Companhia durante a vigência do Plano, desde que a TIM PARTICIPAÇÕES S.A.



quantidade total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja dentro do limite do capital social autorizado da Companhia.

#### **g. Número máximo de opções a serem outorgadas**

A quantidade de opções a serem outorgadas será determinada pelo Conselho de Administração, com base em proposta elaborada pelo Comitê de Remuneração. De qualquer forma, cada Contrato de Opção assegurará ao beneficiário o direito de adquirir e/ou subscrever pelo menos uma ação de nossa emissão de maneira que a quantidade máxima de opções outorgadas está diretamente atrelada ao limite descrito no item “f” acima.

#### **h. Condições de aquisição das ações**

As condições de aquisição de ações, conforme disposto no Plano, estarão previstas no Contrato de Opção a ser celebrado com cada um dos Beneficiários. O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada Beneficiários que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a outros Beneficiários qualquer condição ou deliberação que entenda aplicável apenas a um ou mais Beneficiários determinados.

#### **i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício das opções outorgadas (“Preço de Exercício”) será fixado pelo Conselho de Administração com base na recomendação do Comitê de Remuneração e nas seguintes variáveis:

- (i) Data de Medição do Preço Base da Ação: data, a ser fixada pelo Conselho de Administração, anterior à outorga das opções no âmbito do Plano, para definição do Preço Base por Ação;
- (ii) Preço Base da Ação: média do valor da cotação das ações de nossa emissão, ponderada segundo o volume financeiro diário de negócios realizados nos últimos 30 dias na BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à Data de Medição do Preço Base da Ação;
- (iii) Data de Medição: data a ser fixada pelo Conselho de Administração, anterior ao termo inicial do período de exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano (conforme estipulado nos respectivos Contratos de Opção), para apuração dos indicadores de *Performance* Relativa, *Performance* Absoluta, Índice Comparativo de *Performance* Relativa e demais indicadores necessários à apuração do Preço de Exercício;
- (iv) Companhias Similares: companhias do setor de telecomunicações e outros setores correlatos, conforme definido pelo Conselho de Administração;
- (v) Índice Comparativo de Performance Relativa: média ponderada pela capitalização em bolsa da performance absoluta das ações de emissão das Companhias Similares e da variação de índices representativos de carteira de valores mobiliários, escolhidos pelo Conselho de Administração, verificada entre a Data de Medição do Preço Base da Ação e a Data de Medição. A performance de cada componente do Índice Comparativo de Performance Relativa será definida segundo o volume financeiro diário de negócios realizados nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à Data de Medição do Preço Base de Exercício e nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à Data de Medição. Caso ocorram eventos extraordinários que venham a afetar o curso normal de negócios das ações e índices referidos neste item e que impeçam o confronto objetivo de dados, poderá o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, substituí-los pelo índice Ibovespa;
- (vi) Performance Absoluta: percentual de variação entre o Preço Base da Ação e a média do valor da cotação das Ações, ponderada segundo o volume financeiro diário de negócios realizados nos últimos 30 dias na BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à Data de Medição; e
- (vii) Performance Relativa: quociente resultante da divisão da Performance Absoluta pelo Índice Comparativo de *Performance* Relativa.

Caso a Performance Relativa esteja entre a Meta Mínima de Performance Relativa e a Meta de Performance Relativa, o Preço de Exercício será ajustado positivamente conforme os percentuais que vierem a ser recomendados pelo Comitê de Remuneração e definidos pelo Conselho de Administração, limitado tal ajuste a 4% do Preço Base da Ação.



Caso a Performance Relativa esteja acima da Meta de Performance Relativa, o Preço de Exercício será ajustado negativamente conforme os percentuais que vierem a ser recomendados pelo Comitê de Remuneração e definidos pelo Conselho de Administração, limitado tal ajuste a 10% do Preço Base da Ação.

***j. Critérios para fixação de prazo de exercício***

O Conselho de Administração estabelecerá o prazo limite para exercício das opções individualmente para cada Beneficiário nos respectivos Contrato de Opção. Não obstante, nos termos do Plano, o prazo para o exercício das opções deverá ser de no máximo 6 anos contados da data de sua outorga.

***k. Forma de liquidação***

O pagamento do Preço de Exercício deverá ser feito à vista, no ato da aquisição, com recursos do próprio Beneficiário.

Alternativamente, caso o vínculo do Beneficiário com a Companhia esteja em vigor, o Conselho de Administração poderá: (i) aprovar a concessão ao Beneficiário de prazo de até 5 dias para pagamento pelo Beneficiário do Preço de Exercício; ou (ii) aprovar a concessão de financiamento para o Beneficiário, que, a critério do Conselho de Administração, poderá ser formalizado mediante a emissão de nota promissória *pro soluto*, emitida pelo Beneficiário em proveito da Companhia.

Na hipótese de financiamento pela Companhia, sua quitação pelo Beneficiário deverá ser feita no prazo máximo de 5 dias, facultando-se ao Beneficiário fazê-lo com o produto da alienação de ações objeto da opção.

***l. Restrições à transferência das ações***

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá impor restrições à transmissão das ações adquiridas ou subscritas quando do exercício da opção de compra e/ou subscrição das ações de nossa emissão.

***m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano***

Sem prejuízo do disposto no Plano ou quaisquer dos Contratos de Opção, as opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (i) mediante o seu exercício integral;
- (ii) após o decurso do prazo de vigência das opções;
- (iii) mediante o distrato do Contrato de Opção;
- (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada;
- (v) a qualquer momento a critério do Conselho de Administração ou sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários; e
- (vi) nas hipóteses de desligamento do Beneficiário descritas no item “n” abaixo.

***n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações***

Na hipótese de o Beneficiário desligar-se da Companhia por vontade própria, ou caso a cessação do mandato, rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços do Beneficiário tenha se dado por decisão da Companhia e sem a ocorrência de justa causa (ou sem a ocorrência de fatos que constituiriam justa causa fosse o Beneficiário empregado da Companhia), os direitos decorrentes da opção não exercíveis na data do desligamento, segundo as regras do Contrato de Opção, serão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. No

que se refere à opção cujos direitos possam ser exercidos pelo Beneficiário na data do desligamento, segundo as regras do Contrato de Opção, tais direitos poderão ser exercidos no prazo máximo de 30 dias contados da data do desligamento, sob pena de extinção, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Caso tenha transcorrido qualquer dos prazos de carência previstos no Plano e, cumulativamente, não esteja em curso um dos períodos de exercício da opção, poderá o Beneficiário exercer a opção no período de exercício subsequente ao desligamento, aplicando-se as mesmas condições estabelecidas para a definição do Preço de Exercício em tal período de exercício e limitando-se o exercício da opção à quantidade de ações passíveis de subscrição ou aquisição na data do desligamento. Não obstante, será facultado ao Conselho de Administração, em caráter excepcional, antecipar o período de exercício referente às opções outorgadas aos Beneficiários desligados da Companhia em decorrência das causas acima descritas.

Na hipótese de desligamento por iniciativa da Companhia durante o período de até 12 meses contados da data de evento que caracterize a transferência de controle acionário da Companhia, o Beneficiário poderá exercer integralmente a opção, com relação aos direitos exercíveis ou ainda não exercíveis no momento do desligamento, devendo o Conselho de Administração adotar as medidas necessárias para esse fim, incluindo-se a definição das condições de exercício das opções.

Caso a cessação do mandato, rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços do Beneficiário tenha se dado por decisão da Companhia por justa causa (ou com a ocorrência de fatos que constituiriam justa causa fosse o Beneficiário empregado da Companhia), todo e qualquer direito decorrente do Contrato de Opção será considerado automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em caso de desligamento por aposentadoria do Beneficiário, o Beneficiário poderá exercer a opção com relação aos direitos exercíveis no momento do desligamento, segundo as regras do Contrato de Opção, no prazo máximo de 1 ano contado da data do desligamento, sob pena de extinção, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em caso de desligamento por invalidez permanente do Beneficiário, o Beneficiário poderá exercer integralmente a opção, com relação aos direitos exercíveis ou ainda não exercíveis no momento do desligamento, segundo as regras do Contrato de Opção, no prazo máximo de 1 ano contado da data do desligamento, sob pena de extinção, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Na hipótese de falecimento do Beneficiário, seus herdeiros e sucessores poderão exercer integralmente a opção, com relação aos direitos exercíveis ou ainda não exercíveis no momento do falecimento, segundo as regras do Contrato de Opção, no prazo máximo de 1 ano contado da data do falecimento, sob pena de extinção, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Para os fins do Plano, não se considerará ocorrido o desligamento na hipótese de serem os Beneficiários realocados em outra sociedade do mesmo conglomerado da Companhia, assim entendida qualquer entidade controladora direta ou indireta da Companhia, coligada, controlada ou sujeita a controle comum.



**13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

Em 31 de dezembro de 2011:

<b>Conselho de Administração</b>		
Valor Mobiliário/ Ações	Características dos Títulos Ordinárias Nominativas	Quantidade
		1

<b>Diretoria</b>		
Valor Mobiliário/ Ações	Características dos Títulos Ordinárias Nominativas	Quantidade
		15.192

<b>Conselho Fiscal</b>		
Valor Mobiliário/ Ações	Características dos Títulos Ordinárias Nominativas	Quantidade
		73



**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :**

\* Os membros do nosso Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

<b>Exercício 2011</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Número de membros</b>	<b>9</b>
<b>Em relação a outorga de opções de compra de ações</b>	
i. Data de Outorga	Agosto/2011
ii. quantidade de opções outorgadas	1.667.215
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	1/3 em 5/ago/2012; 1/3 em 5/ago/2013 e 1/3 em 5/ago/2014
iv. prazo máximo para exercício das opções	5/ago/2018
v. prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica
vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
em aberto no início do exercício social	R\$ 8,84
perdidas durante o exercício social	Não se aplica
exercidas durante o exercício social	Não se aplica
expiradas durante o exercício social	Não se aplica
<b>valor justo das opções na data de outorga</b>	<b>R\$ 6.474.352</b>
<b>diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas</b>	<b>1,1%</b>

\* Os membros do nosso Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

Cumprе ressaltar que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuíamos plano de opção de compra de ações.



13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

<b>Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2011</b>	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº de membros	9	9
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	1.667.215	0
Data em que se tornarão exercíveis	1/3 em 5/ago/2012; 1/3 em 5/ago/2013 e 1/3 em 5/ago/2014	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	5/ago/2018	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	8,84	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	6.474.352	N/A
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
<b>Valor justo do total das opções no último dia do exercício social</b>	<b>6.474.352</b>	<b>0</b>





**13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável. Não possuíamos remuneração baseada em ações ou opções exercidas nos 3 últimos exercícios sociais.



**13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

O critério que utilizaremos para determinação do preço base de exercício é a média ponderada pelo volume financeiro negociado nos 30 dias anteriores a data de partida para medição de performance, definida pelo Conselho de Administração. Utilizaremos o modelo de Monte-Carlo para cálculo do valor justo das opções, levando em consideração uma volatilidade histórica de 6 anos (correspondente ao prazo de vida das opções) e uma taxa livre de risco reconhecida e aceita pelos mercados. O mesmo processo será aplicado às ações que farão parte do índice comparativo de mercado, de forma a precificar o potencial de reajuste do preço base de exercício, segundo mecânicas do plano.



**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

Exercício 2011	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária*
Quantidade de membros	7,58	5	7,33
Participantes do plano de previdência	N/A	N/A	3,26
Nome do plano	N/A	N/A	Plano de Previdência Complementar TIM
Quantidade de administradores em condições para aposentadoria	N/A	N/A	N/A
Condições para aposentadoria antecipadamente	N/A	N/A	N/A
Valor em Reais das contribuições da patrocinadora	N/A	N/A	180.587

**h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

Neste plano todos os colaboradores são elegíveis e podem aderir a qualquer momento desde que nos períodos acordados entre TIM e Itaú Previdência Privada.

Da mesma forma, o resgate da parte de contribuição do colaborador também pode ser feito a qualquer momento e da parte da TIM segue uma escala percentual que se inicia com 3 anos de empresa em 30% e com 10 anos resgata 100% do valor da empresa.



13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal :

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Nº de membros</b>	7,33	5,25	9,00	9,00	5,00	5,00
<b>Valor da maior remuneração(Reais)</b>	-	-	168.000,00	168.000,00	150.000,00	150.000,00
<b>Valor da menor remuneração(Reais)</b>	-	-	168.000,00	168.000,00	150.000,00	150.000,00
<b>Valor médio da remuneração(Reais)</b>	-	-	168.000,00	168.000,00	150.000,00	150.000,00

**Observação**

<b>Diretoria Estatutária</b>	
<b>31/12/2010</b>	Os diretores da Companhia (inclusive os expatriados) em decorrência das atividades desempenhadas para a Companhia e suas Controladas, têm sua remuneração suportada integralmente por sua Controlada TIM Celular SA.
<b>31/12/2009</b>	Os diretores da Companhia (inclusive os expatriados) em decorrência das atividades desempenhadas para a Companhia e suas Controladas, têm sua remuneração suportada integralmente por sua Controlada TIM Celular SA.

<b>Conselho de Administração</b>
----------------------------------

<b>Conselho Fiscal</b>
------------------------



**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Os contratos firmados com os Diretores que compõem a Diretoria Estatutária são baseados em negociações específicas considerando a relevância do cargo e do executivo. Para os expatriados, não há mecanismos de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo, visto que eles retornam à matriz e permanecem trabalhando no Grupo. Para o Diretor brasileiro presente atualmente na Diretoria Estatutária, também não há garantia financeira alguma.

Também não há contratações diferenciadas para Conselho de Administração ou Conselho Fiscal que confirmem quaisquer mecanismos de remuneração ou indenização para os mesmos em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.



**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Com relação aos membros da Administração que são partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, indicamos abaixo o percentual da remuneração total por órgão reconhecida no resultado da Companhia no exercício de 2009, 2010 e 2011:

Órgão da Administração	Percentual de remuneração reconhecida no resultado em		
	2009	2010	2011
Órgão da Administração	100%	100%	100%
Conselho de Administração	100%	100%	100%
Diretoria Estatutária	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	100%	100%	100%



**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não remuneramos e não remuneraremos, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por quaisquer títulos, diversos das suas funções a que se encontram alocados.



13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A Diretoria Estatutária tem sua remuneração reconhecida na controlada TIM Celular S.A., os Conselhos Fiscal e de Administração são remunerados pela controladora TIM Participações S.A.

Diretoria Estatutária	Exercício social encerrado em 2009	Exercício social encerrado em 2010	Exercício social encerrado em 2011
<i>Valores em Reais</i>			
<b>Remuneração Total Anual</b>	<b>3.213.150,01</b>	<b>3.649.090,00</b>	<b>10.456.363,00</b>
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	<b>2.857.900,01</b>	<b>2.652.310,00</b>	<b>4.932.319,00</b>
Salário ou pró-labore	2.703.048,00	2.476.240,00	4.345.913,00
Benefícios Diretos e Indiretos	154.852,01	176.070,00	586.406,00
Participação em Comitês	n/a	n/a	
Outros	n/a	n/a	
<b>Remuneração Variável</b>	<b>355.250,00</b>	<b>996.780,00</b>	<b>4.048.033,00</b>
Bônus	355.250,00	996.780,00	4.048.033,00
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a
Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a
<b>Benefícios pós-emprego</b>	n/a	n/a	n/a
<b>Benefícios pela cessação do exercício do cargo</b>	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração baseada em Ações</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>1.476.011,00</b>





**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações para este item.